



MPA- Administração Pública
abril/2012

Uma medida de Política Pública: Escola a Tempo Inteiro

Estudo de Caso do Agrupamento de Escolas de Miraflores

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
da Universidade Técnica de Lisboa
para obtenção de grau de Mestre em Administração Pública

Orientador: Professor Auxiliar Doutor Fernando Serra
Co-orientador: Professor Auxiliar Doutor Jaime Fonseca
Mestranda: Andréa Costa
Andreacosta12@hotmail.com

Agradecimentos

A todos os que colaboraram e apoiaram, o percurso que levou à finalização deste trabalho de investigação, importa expressar os meus agradecimentos.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando Serra, e co-orientador, Prof. Doutor Jaime Fonseca, pela formação profissional, disponibilidade e orientações imprescindíveis à realização desta dissertação.

À Diretora do Agrupamento de Escolas de Miraflores, que concedeu a oportunidade de realizar este estudo caso, e a todas as professoras/colegas entrevistadas e encarregados de educação inquiridos pela colaboração que tornou possível a concretização deste estudo.

Ao apoio familiar, indispensável ao percurso e termo deste projeto, pelo constante incentivo, acompanhamento e motivação nos períodos difíceis.

Ao meu namorado, pelo apoio, colaboração e paciência, quer para a leitura dos meus manuscritos, quer nos momentos mais críticos.

Resumo

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] tem dedicado particular interesse à educação no quadro das agendas políticas e económicas associadas à sociedade do conhecimento, pelo que a medida de política educativa *Escola a Tempo Inteiro* [ETI], incide nos domínios prioritários de intervenção estratégica de inovação e melhoramento das competências básicas preconizados por aquela organização internacional. A medida ETI, através de um conjunto de experiências abrangidas pelas designadas *Atividades de Enriquecimento Curricular* [AEC], procura assim responder às necessidades das famílias, garantindo aos seus educandos um serviço educativo de qualidade e apoio ao estudo ao longo de todo o período escolar diário.

Pretende-se, com este trabalho, analisar o modo como a medida Escola Tempo Inteiro foi implementada num agrupamento de escolas da Região da Grande Lisboa e em particular a perceção de pais e professores relativamente à sua eficácia/eficiência e respetivo impacto. Foram inquiridos duzentos e vinte e dois pais e encarregados de educação de alunos do 1.º ciclo, através de questionário, e realizadas entrevistas semi-diretivas a uma amostra de dez professores com experiência de AEC. A análise dos questionários aos pais e encarregados de educação recorreu ao modelo das classes latentes, tendo as entrevistas aos professores sido submetidas a uma análise de conteúdo temática simples.

De acordo com os resultados, os inquiridos, pais e professores, valorizam as finalidades da medida ETI, sublinhando a sua efetiva importância do ponto de vista de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias, assegurados por atividades complementares das aprendizagens. Todavia, levantam algumas dúvidas quanto à sua eficácia/eficiência, designadamente porque nem sempre encontram no terreno as infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à ação/implementação da medida.

Palavras-Chave: Organização Educativa; Políticas Públicas Educativas e Curriculares; Implementação; Perceções/ Representações; Monitorização/Avaliação; Escola a Tempo Inteiro.

Abstract

The Organization for Economic Cooperation and Development [OECD] has devoted particular interest to education within the framework of political and economic agendas associated with the knowledge society, so that the measure of educational policy Full Time School [TSI], focuses on priority areas intervention strategy of innovation and improvement of basic skills advocated by that international organization. As TSI, through a set of experiences covered by the designated Curriculum Enrichment Activities [AEC], thus seeking to meet the needs of families, ensuring their students a quality education service and support to the study throughout the school year diary.

It is intended with this work, examine how the measure was implemented School Full Time in a grouping of schools in the region of Lisbon and in particular the perception of parents and teachers regarding the effectiveness / efficiency and respective impact. We interviewed two hundred twenty-two parents and guardians of students in one.Cycle through a questionnaire and semi-directive interviews with a sample of ten teachers with experience in AEC.The analysis of questionnaires to parents and guardians used the model of latent classes, and interviews teachers were subjected to a thematic content analysis simple.

According to the results, respondents, parents and teachers value the purpose of the measure TSI, stressing the importance of effective point of view of adapting the residence times of children in schools to the needs of families, provided by complementary activities of learning. However, raise some doubts as to their effectiveness / efficiency, particularly as not always at the grass roots infrastructure, equipment and resources appropriate to the action / implementation of the measure.

Keywords: Educational Organization, Public Policy and Education Curriculum; Implementation; Perceptions / Representations; Street Level Workers; Monitoring / Evaluation: Full Time School.

Índice

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract.....	4
Siglas e Abreviaturas	9
Introdução	10
Parte I- Reformas, Políticas Públicas e Mudanças na Organização Educativa.....	14
Capítulo 1 – Reformas e Mudanças Educativas.....	15
1- Reformas e Políticas Educativas	15
2- Mudanças na Organização Educativa	17
Capítulo 2 - Teoria das Políticas Públicas	20
1- Modelos de Políticas Públicas	20
2- Processo de Implementação de Políticas Públicas	24
Capítulo 3 – Análise do Programa Escola a Tempo Inteiro	27
1- Enquadramento Legal	27
2- Programa Escola a Tempo Inteiro	30
Parte II- Estudo Empírico	33
Capítulo 1- Estratégias de Investigação	34
1- Design de Investigação	34
2- Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados	35
3- Análise e Tratamento de Dados	37
Capítulo 2 – Contexto da Amostra	39
1- Amostra/ Sujeitos da Investigação	39
2- Contextualização do Agrupamento	39
3- Validade do Estudo	40
Capítulo 3- Apresentação e Análise de Dados.....	41
1- Perfil dos Encarregados de Educação, Educandos e Professores	41
2- Eficácia/Eficiência e Impacto da ETI	47
2.1- Escola a Tempo Inteiro- Processo de implementação no Agrupamento de Escolas de Miraflores	47

2.1.1- Opinião dos Encarregados de Educação	47
2.1.2- Opinião dos Professores Entrevistados	49
2.1- Constrangimentos Estruturais e Curriculares da Medida	52
2.2.1- Opinião dos Encarregados de Educação	52
2.2.2- Opinião dos Professores Entrevistados	53
2.2- Qualidade do Tempo de Permanência dos Alunos na Escola	56
2.3.1- Opinião dos Encarregados de Educação	56
2.3.2- Opinião dos Professores Entrevistados	57
2.3- Integração do Inglês no Programa Curricular do 1.º Ciclo/ Áreas Valorizadas	58
2.4.1- Opinião dos Encarregados de Educação	58
2.4.2- Opinião dos Professores Entrevistados	59
Conclusões	61
Bibliografia	65
Legislação.....	66
Anexos.....	67

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Justificações para o fracasso da Política (Adap. de Ingram e Mann, 1980).....	23
Tabela 2- Resultados de estimação de Classes Latentes	41
Tabela 3- Quadro de Probabilidades	42
Tabela 4- Perfil sócio demográfico dos Encarregados de Educação	44
Tabela 5 - Perfil dos Educandos	45
Tabela 6- Perfil dos Professores	46
Tabela 7- Perfil dos Encarregados de Educação: Relação de Satisfação com Processo de Implementação da Medida	47
Tabela 8- Expressões dos Professores Entrevistados quanto ao processo de Implementação da Medida	49
Tabela 9 – Expressões dos Professores Entrevistados quanto às Finalidades da Medida	50
Tabela 10- Perfil dos Encarregados de Educação: Posição face aos Constrangimentos Estruturais e Curriculares da Medida	52
Tabela 11- Expressões dos Professores Entrevistados quanto aos Constrangimentos da Medida	53
Tabela 12- Perfil dos Encarregados de Educação face à Opinião sobre a Qualidade do Tempo Escolar	56
Tabela 13- Expressões dos Professores Entrevistados quanto à Qualidade do Tempo Escolar	57
Tabela 14- Perfil e Opinião dos Encarregados de Educação quanto às Áreas Valorizadas	58
Tabela 15- Expressões dos Professores Entrevistados quanto às Áreas Valorizadas ..	59
Tabela 16- Sugestões Dadas pelos Professores Entrevistados	60

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Apresentação dos resultados de estimação de Classes Latentes	43
Gráfico 2- Apresentação dos resultados do quadro de probabilidades	45

Siglas e Abreviaturas

- AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
- AP – Associação de Pais
- ATL – Atividades de Tempos Livres
- CAP- Comissão de Acompanhamento do Programa
- DL – Decreto-Lei
- DRE – Direção Regional de Educação
- EE – Encarregados de Educação
- ETI – Escola a Tempo Inteiro
- IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ME – Ministério da Educação
- NPM – New Public Management
- NPS – New Public Service
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Alunos

Introdução

Na organização educativa está a disposição da mudança nos processos de gestão, nos procedimentos, na organização do trabalho, nas estruturas e nas relações. Notabiliza-se assim, o processo de europeização, da globalização, das agências internacionais e do currículo, numa visão de influências e interdependências, segundo resultados da OCDE, dominantes na construção das políticas educativas e curriculares.

Neste sentido, Canário (2005) designa inovação como processos de mudança restringidos, de carácter pontual, contrapondo a reforma, que subentende uma mudança de ampla proporção, com carácter terminante para o território nacional, contendo opções políticas, a determinação de finalidades e objetivos instituídos na legislação, assim como de alterações estruturais no sistema educativo. Efetivamente, a organização educativa emerge como um sistema que concretiza orientações da sociedade circundante e as coloca em prática, assim como as suas normas, leis e regras. Deste modo, a organização educativa contribui para a modificação das orientações sociais (Bertrand, Valois, 1994).

Destaca-se a conceção de que as mudanças ocorridas no processo das políticas curriculares, abrangidas pela introdução das novas tecnologias, do reforço da segunda língua estrangeira e das competências da Língua Portuguesa e Matemática (literacia), transversais ao currículo, denotam uma forte visibilidade inovadora na Educação, pelo que considerámos pertinente realizar um projeto de investigação, propondo estudar a medida política pública educativa que contempla o programa Escola a Tempo Inteiro.

A análise das políticas públicas permite evidenciar os processos de recomposição do Estado e os seus modos de intervenção governativa, tendo em conta o papel relevante na definição, formulação de uma política pública que implica a sua concretização, com a intervenção de outras entidades e atores. Por conseguinte, o conjunto de medidas da ETI configura tomadas de decisões que tendem, numa perspetiva incremental, melhorar a prestação do serviço público e os resultados escolares.

A medida política educativa Escola a Tempo Inteiro associa-se à criação e generalização de condições que permitam aos alunos a sua permanência na escola pública, acompanhados e enquadrados em atividades educativas ao longo de todo o tempo escolar diário. O conjunto de iniciativas determinadas na medida ETI contempla: o funcionamento das atividades letivas em “regime normal” (manhã e tarde), onde são valorizadas áreas curriculares nucleares, para as quais são fixados tempos semanais mínimos do horário letivo; Ocupação educativa circunscrita em Atividades de Enriquecimento Curricular [AEC] que garantam o apoio sistematizado ao estudo; Ocupação da componente não letiva dos

docentes em atividades de apoio aos alunos e na supervisão das AEC. Evidenciam-se as concepções e a realidade educativa, ao nível da (re)definição do conceito de escola, das suas funções e do seu funcionamento, assim como o entendimento dos conceitos como organização e gestão curricular.

Segundo Adriana Cosme e Rui Trindade (2007), a medida política Escola a Tempo Inteiro compreende uma necessidade de manter as crianças à guarda da escola durante o período laboral dos Encarregados de Educação e numa segunda finalidade, a de beneficiar crianças oriundas de contextos mais desfavorecidos. Porém, parece constituir divergências na medida ETI, o carácter facultativo, uma vez que não sendo obrigatório, nem todos se apropriam dos domínios desenvolvidos no programa, subsistindo um desfasamento na organização pedagógica e curricular, resultante na repetição de conteúdos programáticos entre o 1.º e 2.º Ciclo, principalmente, no ensino do Inglês. O Ensino do Inglês comparece neste projeto valorizado como uma área prioritária, uma vez que se apresenta como língua universal e reconhecida nos países da União Europeia, assim como se destaca o uso das novas tecnologias como competência primordial no processo de reconfiguração do papel do Estado na Educação, associado à promoção do Magalhães. Contudo, as novas tecnologias aparece pejorada no que se refere à proposta das atividades de enriquecimento curricular.

A medida confere, igualmente, uma dicotomia entre alargamento do espaço de educação formal e não formal (atividades de tempos livres), uma vez que as atividades de enriquecimento curricular se assumem como áreas curriculares complementares, sendo privilegiadas no despacho n.º 12 591/ 2006, as do ensino do Inglês, Educação Musical e Educação Física, em detrimento do financiamento pelo Ministério de Educação [ME]. Mediante isto, o despacho circunscrito estabelece um quadro de pagamentos em função do tipo de atividades curriculares, apresentando-se mais como um complemento curricular do que atividades de animação dos tempos livres. A finalidade primeira seria de promover atividades lúdicas, pelo que se confunde com o alongamento da educação formal.

Conforme, o 1.º Ciclo afigura o início de um processo de aquisição de um conjunto de sistemas, mecanismos e instrumentos de mediação semiótica e de intervenção tecnológica que possibilita a formação para a vida. Um conjunto que apresenta como finalidades primordiais a comunicação, a linguagem escrita, o acesso à informação, o desenvolvimento cognitivo e metacognitivo, assim como a utilização da linguagem matemática (Cosme & Trindade, 2007). Contudo, monodocência no 1.º Ciclo dirige um papel preponderante, pouco reconhecido na reformulação das responsabilidades e das intervenções na concretização de uma política, pelo que a forma como é interpretado pela administração da educação e é implementado, parece constituir constrangimentos face a outras interpretações e lógicas de

ação. Logo, importa identificar e analisar, neste trabalho, o processo de mudança, as representações e o papel dos diferentes atores sociais e educativos, que se assumem exógenos à escola, assentes numa lógica de mudança instituída, a qual pressupõe a divisão entre os que a concebem e decidem e os que a materializam.

Os pressupostos acima referidos conduziram à questão central direcionada para a análise do impacto da medida política pública Escola a Tempo Inteiro no Agrupamento de Escolas de Mirafleres, pelo que este trabalho intenta: analisar o modo como a medida foi implementada, procurando conhecer as percepções dos atores e destinatários envolvidos (professores e encarregados de educação) referentes ao grau de cumprimento das finalidades do programa; aferir o grau de satisfação dos Encarregados de Educação face à oferta educativa; e identificar constrangimentos estruturais e curriculares. Debatemos, igualmente, quanto à autonomia das escolas, respeitante às regulações distintas e próprias de cada organização/escola, às decisões no processo de gestão, dinamização e qualificação curricular e profissional dos que dinamizam as atividades de enriquecimento curricular, confinando o papel das autarquias enquanto entidade patronal.

Pretende-se, ainda, junto dos atores e destinatários, conferir a qualidade do tempo passado na escola e se as atividades de enriquecimento curricular denotam valor acrescentado aquando a permanência dos alunos no espaço escolar. Ainda considerámos pertinente verificar quais as áreas curriculares mais valorizadas, na ótica da qualidade educativa curricular, e estimar se a integração do Inglês no programa curricular do 1.º Ciclo constitui uma mais-valia para o desenvolvimento de competências para a vida, segundo a opinião dos professores e encarregados de educação.

O estudo em causa declama compreender o processo de aplicação, o trajeto de desenvolvimento de mudanças e de relações estabelecidas e do envolvimento dos seus destinatários. Segundo Gersick, « *a longo prazo, a gestão tende a realizar modificações importantes à escala da organização e dos fins que pretende alcançar*» (apud, Bertrand, Valois, 1994). Neste âmbito, destaca-se a importância do retorno das informações sobre os efeitos da ação de determinada organização, por forma a detetar constrangimentos, práticas inovadoras e/ou áreas a melhorar, com vista à melhoria da qualidade do serviço público. Portanto, esta investigação segue no sentido de contribuir para o aumento do número reduzido de trabalhos de investigação em Portugal no âmbito do programa Escola a Tempo Inteiro e de conhecer o impacto dessa medida através de um estudo de caso.

Contudo, constituem limitações ao estudo, as regras de funcionamento e as características sociais e culturais próprias do Agrupamento de Escolas de Mirafleres,

delimitadas a professores/docentes entrevistados e a Encarregados de Educação inquiridos. Entre outras limitações que surgiram ao longo do trabalho, subsistem as referentes ao tempo previsto para concretização do presente estudo - um ano.

Mediante o que foi referido, a estrutura do presente trabalho culmina, numa primeira parte em torno da pesquisa bibliográfica (enquadramento teórico), sendo fundamental para a construção de um limite teórico que sustente o desenvolvimento de todo o trabalho, destacando algumas perspetivas que permitam entender e contextualizar o tema e orientar para a análise dos dados da investigação. Esta parte é constituída por três capítulos: o primeiro reflete as mudanças e reformas educativas; o segundo, aborda a teoria das políticas públicas e o processo de implementação e o último incorpora o quadro legal e analisa, de um modo geral, o programa Escola a Tempo Inteiro. Na segunda parte do trabalho, procedemos ao estudo empírico, abrangido pelo design de investigação, justificação da seleção metodológica, apresentação das técnicas e dos instrumentos de pesquisa, e a respetiva contextualização da amostra. Finalizámos o estudo com a apresentação e análise de dados e dos resultados, que desencadearam as conclusões finais da investigação.

Parte I- Reformas, Políticas Públicas e Mudanças na Organização Educativa

«A reforma não produz mudanças reais, mas apenas potenciais, ou seja, normativos e protótipos de inovação. A sua passagem de uma condição virtual a uma condição real só se processa através de mudanças de comportamentos, atitudes e representações dos atores sociais, inseridos em contextos organizacionais singulares e diversos: as escolas.»

(Canário, 2005)

Capítulo 1 – Reformas e Mudanças Educativas

«As políticas educativas e curriculares traduzem-se numa visão tecnicista da educação, subentendidas pela racionalidade técnica, pela produção e modelos de reengenharia social e na recentralização das práticas escolares.»

(Pacheco, 2002)

1- Reformas e Políticas Educativas

Com a entrada de Portugal para a União Europeia, ocorreram mudanças significativas no sistema educativo, sublinhando a adequação do sistema às necessidades de modernização da economia, através da formação e qualificação dos recursos humanos.

A OCDE, as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional constituíram uma forte influência ao defenderem princípios orientadores para a boa gestão e prossecução de metas como a diminuição da despesa pública, eficiência, a qualidade e a accountability. (Carvalho E. R., 2008)

Os modelos gestionários da Administração Pública adotados pelo governo Português, sobrepoem o modelo burocrático, vistos como uma resposta aos problemas económicos e sociais. Portanto, os valores e princípios subjacentes ao modelo New Public Management [NPM], procuram responder aos interesses e necessidades dos cidadãos e dos governantes.

Porém, de acordo com Pollitt (apud,Carvalho, 2008), o modelo NPM apresenta algumas vulnerabilidades: inexistência de diagnósticos; ausência de exercícios de benchmarking; desconsideração pela opinião dos clientes, quadros intermédios e funcionários operacionais; desconhecimento de custos e dos efeitos da mudança; desvalorização do contexto da reforma das condições necessárias à eficiência da sua conceção e implementação; desconsideração pela eficácia e equidade no âmbito das medidas de produtividade instituídas.

Ainda assim, da implementação do NPM resultaram variadas iniciativas referentes aos recursos, à venda de empresas públicas e privadas, ao outsourcing, às parcerias público-privadas, a adoção de boas práticas de gestão e à introdução de novos moldes institucionais.

A Nova Gestão Pública (New Public Service) surge como um movimento da reforma e modernização do Estado, conseqüente das limitações impostas pela necessidade da eficiência e da economia de custos para a Administração Pública. Este modelo sustenta o aproveitamento dos mecanismos de mercado e a adoção de técnicas de gestão privada,

para solucionar problemas de eficiência da gestão pública e melhorar a satisfação do cidadão nas suas relações com o Estado. Entende a competição entre fornecedores de bens e serviços públicos, numa perspetiva de melhoria da prestação de serviços e da redução de custos de produção.

Efetivamente, o New Public Service caracteriza uma mudança de paradigma na gestão pública, com preocupação pelo controlo financeiro e pela qualidade do serviço público, pelo que institui a descentralização da gestão pública, a flexibilização na contratação de pessoal, maior ênfase no processo de bens e serviços e do sistema orçamental, assim como fomenta o controlo e a avaliação dos resultados.

Preconiza-se, assim, com o XV Governo (2002-2004) “consolidar um Estado com autoridade, moderno e eficaz” e “sanear as finanças públicas” (Carvalho, 2008), tendo como referência o novo modelo de serviço público. Pretende-se assim, «reduzir “o peso excessivo da Administração Pública”, estabelecer objetivos de eficiência que propendam a satisfação das necessidades dos cidadãos e fomentar o meritocracia e a exigência, por forma a prestar serviços de qualidade» (Carvalho, 2008).

O XVII Governo (2005) instituiu um conjunto de iniciativas fundamentais à política de inovação administrativa, centradas em vigorar as finanças públicas e edificar a eficiência, atuando sobre a desburocratização, a simplificação de processos, a modernização da gestão e a agilização dos modos de funcionamento.

Gonzalez e Muñoz (apud, Diogo, 2001) referem que as reformas dos sistemas educativos influenciadas por uma racionalidade técnico científica, compreende o processo por múltiplas variáveis decorrentes das inovações educativas, dos seus contextos sociais e das posições conflitantes, mas desvalorizam a implementação das reformas.

«Em Portugal evidenciam-se mudanças na organização escolar ao nível das políticas educativas e curriculares, compreendidas sob as múltiplas influências e interdependências, que se recaem nos interesses, valores, princípios e regras que poderão ser terminantes ou não» (Pacheco, 2002). Neste sentido, a influência dos resultados dos projetos da OCDE, nomeadamente do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos [PISA], nas políticas educativas em Portugal, resultam de um processo de orientações da União Europeia, nas opções curriculares politizadas.

A OCDE é uma instituição intergovernamental com influência política nos países membros, que denota um interesse na educação dentro das agendas políticas económicas. A utilização de indicadores de educação constitui instrumentos de avaliação, conducentes à

racionalização global, à comparabilidade e a um consenso sobre políticas educativas sobre os sistemas dos Estados-Nação.

O programa PISA, visa a monitorização dos resultados dos sistemas educativos, com maior incidência na numeracia e na literacia, temas fulcrais para o OCDE e entendidos como competências para a vida. De acordo com PISA, os alunos portugueses que participaram no projeto apresentaram resultados médios inferiores aos obtidos na OCDE, pelo que na Cimeira de Lisboa em Março de 2000, ficou definido como objetivo essencial garantir o crescimento económico sustentável, mais e melhores empregos e maior coesão social, cujos eixos se centravam na educação, formação e qualificação profissional.

Neste sentido, surge o programa «Educação e Formação 2010», destacando-se as seguintes áreas: Tecnologias de informação e Comunicação, Cultura Tecnológica, Língua Estrangeira (particularmente a Língua Inglesa), Empreendedorismo e Competências Sociais. A concretização dos objetivos do programa são anotados como domínios prioritários de intervenção estratégica de inovação e melhoramento das competências básicas.

Neste âmbito, emerge a medida política que configura a Escola a Tempo Inteiro no 1.º Ciclo do Ensino Básico. O conjunto de razões políticas, sociais e educativas justificam o Decreto-Lei n.º 6/2001, procedido pelo despacho n.º 14 753/2005 respeitante à Generalização do Ensino do Inglês no 1.º Ciclo, e ainda revogado pelo despacho n.º 12 591/2006, que assume a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular e a implementação do conceito Escola a Tempo Inteiro, pelo que subscreve uma política inovadora de equidade social pertinente, circunscrita numa prestação de serviços que responde às necessidades das famílias portuguesas e à melhoraria de resultados escolares para uma qualidade de ensino mais eficaz.

2- Mudanças na Organização Educativa

A organização educativa é um sistema sociocultural, uma vez que é aberto e contempla objetivos sociais e culturais estabelecidos num outro sistema, pelo que se rege e pronuncia ao nível das regras de funcionamento e de estruturação.

As leis e regras aprovadas e/ou impostas por instituições exteriores, determinam as preferências de uma elite social, económica e política. Assim, as finalidades educativas e as suas funções são, geralmente, fixadas por uma intenção exterior. Logo, o sistema educativo enquadra o controlo e a regulação das transformações, excepto no que diz respeito à manutenção dos fins, contemplados por valores estabelecidos e provenientes do exterior do

sistema. Neste âmbito, importa conhecer os efeitos da ação de determinada organização, dando origem a modificações, quer de cessamento ou de continuação.

A organização educativa apresenta-se assim dinâmica e instável, pois evolui no tempo e no espaço, sofrendo modificações. Assim e de acordo com Bertrand e Valois (1994), a organização percebe três tipos de mudanças: mudança operacional, enquanto subsistema estruturado que se orienta pelos mesmos fins; mudança estratégica, aquando ocorre uma mudança num interior da organização; e mudança paradigmática ou transformação radical, quando se modifica a sua finalidade, logo a sua estrutura e a natureza da sua ação.

Efetivamente, as orientações, as normas, as leis e as organizações são indicativos da complexidade social. Bertrand e Valois (1994) distinguem três níveis de análise do funcionamento de uma sociedade: campo paradigmático, campo político e campo organizacional.

O campo paradigmático transforma as generalizações e as conceções do conhecimento e das relações entre a pessoa, a sociedade e a natureza, valores e interesses, uma forma de executar e uma aceção global da atividade humana.

O campo político caracteriza-se pelo espaço onde ocorre a transformação das orientações estabelecidas pelo campo paradigmático, orientado pelas regulações e mecanismos estabelecidos para definir as normas, as leis e as regras da sociedade. Retrata as instituições políticas e judiciárias que deliberam e controlam as leis e os regulamentos que regem a sua aplicação, assim como definem se um tipo de mudança é ou não aceitável.

O campo organizacional institui a área das organizações, como um subsistema constituído para a concretização de fins específicos, isto é, a área onde as normas, leis e as regras são transformadas em práticas.

O campo político não é independente do campo organizacional, pelo que a organização ao desenvolver uma prática educativa, não é independente do campo paradigmático e do paradigma sociocultural. Porém, a organização educativa também contribui para modificar a mudança na sociedade.

Na segunda metade do século XX, ocorre uma transformação organizacional influenciada pelas mudanças que a envolvem, quer ao nível de novas competências tecnológicas e/ou de gestão, da adoção de novos comportamentos, da reorganização do processo de trabalho e de coordenação interna, da promoção de novos valores e princípios, quer ao nível sociopolítico nacional e internacional. Segundo Kanter (apud, J.M. Carvalho Ferreira, 1998) os processos políticos constituem uma forte influência no sentido da

mudança organizacional. Esta pode ser planeada, constituindo caráter incremental ou transformacional sobre o funcionamento da organização, subentendendo uma fase de descongelamento ou de protuberância dos problemas, em que se implementam ações de forma a alterar a situação anterior, sendo procedida a fase de recongelamento respeitante à solidificação das mudanças induzidas.

De acordo com Ferreira (J.M. Carvalho Ferreira, 1998) , a mudança planeada nas organizações opera-se segundo três etapas: diagnóstico da situação, ação ou intervenção para resolver os problemas detetados e avaliação dos efeitos da intervenção. A etapa da avaliação resulta da análise de novos problemas que tenham surgido no decurso do processo.

A partir dos anos 50 têm vindo a ser desenvolvidas técnicas e abordagens que dispõem orientar e gerir processos de mudança. Porém, a escolha de critérios metodológicos devem ter por base a especificidade e os objetivos de cada fase do processo de mudança nas organizações.

Contudo, os processos de mudança no sistema educativo, apresentam-se limitativos pelas reformas impostas, sendo que dificilmente sofrem transformações significativas e as inovações construídas nas escolas, nem sempre encontram condições propícias para se expandirem. De acordo com esta perspetiva, a distinção existe entre a lógica de reforma e a da inovação.

Dos processos de reforma subsiste a planificação sequencial, representada pelo conjunto de etapas que se estruturam num processo de causalidade linear e racional, persuasivo e conducente à adoção pelas escolas.

A planificação sequencial representa uma estratégia que beneficia o poder administrativo central para instituir mudanças a partir de normativos legais, porém os atores sociais retêm o que lhes interessa e reinterpreta as directrizes da administração, distanciando as finalidades previamente e centralmente definidas do contexto das escolas. A estratégia referente à racionalidade inscreve-se no modelo industrial de produção de inovações, também planificado e sequencial.

Entretanto, decorre a fase de investigação para a de experimentação (escolas-piloto), a fim da sua generalização. Todavia, entre a produção teórica e a sua aplicação, descora-se o processo apropriativo pelos destinatários.

Capítulo 2 - Teoria das Políticas Públicas

“Compete ao Estado articular os problemas através da agenda política, formular as respostas, implementar soluções e controlar resultados, apesar de não suceder num sistema de governação.”

(Rocha, 2010)

1- Modelos de Políticas Públicas

A política pública nasce como área de conhecimento e disciplina académica nos Estados Unidos da América, que centraliza a análise de estudos sobre as ações do governo, ao contrário da Europa, que incide sobre teorias explicativas sobre o papel do Estado e das suas instituições.

A política pública em geral e a social definem-se por campos multidisciplinares, pelo que se torna necessário explicar a natureza e os processos sobre as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

De um modo geral, política pública cinge-se ao campo do conhecimento que procura direcionar o governo a traduzir os seus pressupostos e programas eleitorais em ações que se revertem em resultados ou mudanças na sociedade. Assim, as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desenvolvem-se em planos, programas, projetos, sistemas de informação e pesquisas, a fim de serem implementadas, sucedidas de acompanhamento e avaliação.

Os principais conceitos e modelos de políticas públicas circunscrevem o desenvolvimento, a trajetória e as expectativas, decorrentes entre as diferentes vertentes das teorias neo-institucionalistas. Importa assim abordar os modelos e teorias, por forma a compreender os conflitos inerentes, trajetória e o papel de todos os intervenientes no processo de implementação, os que estão envolvidos na decisão e os que serão atingidos pela política pública.

Segundo Theodor Lowi (apud, Souza, 2006), a política pública desenvolve-se em torno de decisões que passam por diversas formas de apoio e rejeição, que se podem avocar em quatro formatos:

- Políticas distributivas: decisões tomadas pelo governo que privilegiam certos grupos sociais ou regiões, em prejuízo do todo, ignorando os recursos limitados e originando impactos mais individuais do que universais;
- Políticas reguladoras: envolvem a burocracia, políticos e grupos de interesse;

- Políticas redistributivas: impõem perdas concretas a curto prazo para determinados grupos sociais e ganhos incertos a longo prazo a outros;
- Políticas constitutivas: lidam com procedimentos.

Sumariamente, as políticas públicas processam-se no interior do sistema público de modo diferente, de acordo com os grupos e apoios.

O modelo incrementalista, parte das decisões marginais e incrementais, as quais desconsideram mudanças políticas ou substantivas nos programas públicos, sendo que limitam os governos de adotar novas políticas ou redundar políticas atuais. Esta visão perdeu poder explicativo com as profundas reformas incitadas pelo ajuste fiscal.

O modelo *garbage can* define-se por escolhas de políticas públicas em alternativas com poucas soluções. O entendimento do problema e das soluções é exíguo, sendo que as organizações atuam com base num sistema de tentativa de erro.

Já o modelo definido por coalizão de defesa, sustenta crenças, valores e ideias como dimensões relevantes para o processo de formulação de políticas públicas, em que cada subsistema é constituído por um número de coalizões de defesa que se distinguem por essas mesmas dimensões e pelos recursos de que dispõem. Este modelo contraria e é ignorado pelos anteriores.

O modelo de arenas sociais determina a política pública numa perspetiva de empreendedores políticos e das políticas públicas. Este modelo define três mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas:

- ✓ Divulgação de indicadores;
- ✓ Acidentes ou repetição constante de um mesmo problema;
- ✓ Feedback ou informações que apontam as lacunas da política atual ou os seus resultados medianos.

Os empreendedores constituem, em geral, redes sociais, pelo que a base está no agregado de relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos. Todavia, as redes impelem as ações e estratégias, embora permitam construir e reconstruir.

O modelo “equilíbrio interrompido” possibilita entender como o sistema político pode agir tanto de forma incremental como por fases de mudanças radicais. O modelo defende a construção da imagem sobre dada decisão ou política pública, sobretudo, junto dos média.

Os modelos influenciados pelo gerencialismo e pelo ajuste fiscal estão direcionados para a eficiência, como principal objetivo, aliada ao fator credibilidade e à delegação das políticas públicas. A afetação à eficiência teve proveniência do silogismo de que as políticas públicas eram influenciadas por óticas redistributivas ou distributivas. Passou-se, igualmente, a

considerar a eficácia/racionalidade das políticas públicas, inclinadas para a desregulamentação, privatização e para reformas no sistema social, diminuindo os riscos da ação social.

O fator credibilidade das políticas públicas permite a prevalência de regras claras em contradição da discricionariedade dos decisores públicos e burocratas, levando à inconsistência. Assim, a discricionariedade seria limitada, delegando poder a instituições fora da influência dos ciclos eleitorais.

Os governos continuam a tomar decisões sobre situações-problemas e formulam políticas, delegando parte da sua responsabilidade, sobretudo, a de implementação. As políticas públicas também têm sido influenciadas pelo neo-institucionalismo, que focaliza o interesse nas instituições/regras para a decisão, formulação e implementação. Em democracia, as políticas públicas decidem-se em ações e distribuição de bens coletivos, na escolha racional, no desenho de incentivos, de modo a diminuir a sua apreensão por grupos ou interesses personalistas. As instituições adequam as definições dos decisores e a ação racional, dependente do atendimento dos seus autointeresses e das noções subjetivas sobre alternativas, consequências e avaliações dos prováveis resultados. Os ramos do neo-institucionalismo sustentam que o plano estratégico dos decisores fundamenta a criação mais abrangente de regras, papéis, identidades e ideias, pelo que atuam e organizam-se com base nas regras e práticas sociais, conhecidas e aceites.

As contribuições do neo-institucionalismo para a área de políticas públicas, conhecem-se pelas regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores, isto é, as instituições e as suas regras, redefinem as opções políticas e alteram a posição dos atores. Assim, contribuem na intervenção em instituições públicas e económicas, direcionando as políticas públicas e privilegiando alguns grupos em detrimento de outros. Contudo, os procedimentos metodológicos são assinalados pela simplicidade analítica e distinta, nem sempre aplicável à análise da ação do governo.

A teoria da escolha pública revela-se descrente face à capacidade dos governos formularem políticas públicas, tendo em conta o autointeresse, a informação incompleta, racionalidade limitada e tomada das agências. Esta teoria revela instabilidade na capacidade dos mecanismos da tomada de decisão.

Pode-se, com efeito, sintetizar as diferentes definições dos modelos sobre políticas públicas, pelas seguintes componentes principais:

- ✓ Distingue-se entre o que o governo pretende fazer e o que realmente faz;
- ✓ Abarca vários atores e níveis de decisão, concretizada através de governos, participantes formais e informais;

- ✓ É ampla, pelo que não se delimita a leis e regras;
- ✓ É uma ação com objetivos a serem atingidos;
- ✓ Tem impactos a curto prazo, no entanto é uma política a longo prazo;
- ✓ Compreende processos subjacentes à decisão, implementação, realização e avaliação.

Este ciclo da política pública fomenta a definição da agenda, a qual focaliza os problemas, a política e os participantes. Os problemas entram na agenda quando se entende que se deve fazer algo sobre eles, porém a definição dos mesmos pode prejudicar a mesma. A política constrói a consciência coletiva, por via eleitoral, mudanças de partido ou de ideologias, sob a necessidade de se enfrentar um dado problema, pelo que os participantes visíveis (políticos, média, partidos de pressão e outros) definem a agenda e os invisíveis (académicos e burocracia) as alternativas.

O desenho do processo de elaboração de políticas constitui, assim, a identificação do problema, o seu agendamento, a formulação da política, a sua transformação num corpo legal, a sua implementação e a avaliação. Esta envolve decisões sobre quem beneficia das medidas, de que forma, com que meios e através de quem. É nesse itinerário que surgem as perceções de agentes e destinatários, formatadas em representações coletivas, por vezes divergentes da conceção inicial.

Contudo, existem diversos fatores que influenciam ou contribuem para o fracasso de uma política pública. Assim, a narrativa simples sobre o fracasso da política reflete a insatisfação popular para com a política, em particular, ou do governo em geral, mas não tem em conta as diversas razões por que as políticas podem ser percebidas como falhas. Ingram and Mann (apud, Birkland, 2001) apresentam diversos fatores para o fracasso de uma Política Pública, listados na tabela 1.

Tabela 1 - Justificações para o fracasso da Política

Alternativas da Política-tentativa	A falha deve ser avaliada em termos de "não fazer nada" e em termos de probabilidade de que outras opções poderiam ter sido mais ou menos bem sucedidas
Impacto da mudança circunscrita	A mudança de circunstâncias pode tornar as políticas bem mais sucedidas.
Relacionamentos de uma política para outra	As políticas são interdependentes, e essas relações devem ser tidas em conta.
Limites	Limites Políticos influenciam o sucesso da política
Exigência política excessiva	Criação de demasiadas expetativas das políticas
Expectativas das políticas	As políticas, por vezes, falham, quando vão para além do que se consegue atingir. Fazer política ambiciosa pode ser o resultado de argumentação especulativa que procura induzir a inovação. O objetivo declarado da política pode não ser o verdadeiro objetivo, pode haver metas mais simbólicas.
Teoria da causalidade	Política irá falhar se não for baseada em teorias causais sólidas.
Escolha dos instrumentos para uma política eficaz	A escolha de instrumentos ineficazes, provavelmente, provocará o fracasso. A escolha de instrumentos é geralmente uma função da predisposição da ideologia

	ou do compromisso.
Implementação das políticas	Os problemas inerentes à implementação de políticas podem contribuir para o fracasso das políticas.
Falha das instituições políticas	Fracasso das políticas é simplesmente um sintoma de doenças mais profundas dentro das instituições políticas, tais como a repartição do poder de partido político ou devolução do poder de líderes do Congresso para as comissões e subcomissões.

Fonte: Adaptado de Ingram e Mann, 1980.

De acordo com Birkland (2001), a complexidade do nosso sistema político, parece que falha ou, na melhor das hipóteses, apresenta um sucesso muito limitado, resultado inevitável de qualquer programa público. Porém, a falência, como tantas outras coisas na política pública, é uma subjetiva condição, tanto mais frequentemente fundamentada na percepção de um interesse particular do que na "verdade" empírica. Neste sentido, Colebatch refere que a formulação e a implementação das Políticas Públicas são o resultado da interação de vários atores com diferentes objetivos, interesses e valores (apud, Rocha, 2010).

A Comunicação das decisões tem um papel preponderante no processo, pois a forma como chegam aos seus destinatários influencia o modo como viabilizam e aplicam orientações para a concretização das políticas públicas e como recebem o retorno da informação sobre os seus resultados e impactos, constituindo interesse para o desempenho público.

2- Processo de Implementação de Políticas Públicas

“ Saber implementar: como reunir vontades e liderar processos de mudança no terreno. **Se insiste, o sistema resiste!**” (Bilhim, 2008)

O processo de implementação constitui a chave no ciclo de produção das políticas públicas, no que respeita aos meios, recursos, investimento, expectativas do coletivo social, credibilidade pública na resolução de problemas e da melhoria das condições da vida dos cidadãos e das instituições. Segundo Birkland (2001), para os decisores políticos e gestores públicos, a implementação de políticas é um dos aspetos mais difíceis do processo político. A realização traz muitos atores e junta forças que cooperam e se colidem para atingir objetivos ou para contrariar a política.

O processo de implementação destaca-se, a partir dos anos 70, no campo da investigação e surge o paradigma *top down*, o qual simboliza o sentido descendente, da decisão à agência implementadora, estendendo-se à criação de estruturas e de sistemas de controlo adequados à observância dos objetivos definidos pelo topo.

De acordo com a perspetiva *top down*, as políticas definem objetivos e estratégias de implementação, recorrem a instrumentos políticos, por forma a possibilitar o cumprimento dos seus objetivos e medir o seu desempenho.

Um segundo modelo emerge da abordagem *bottom up*, o qual fundamenta a base da estrutura de fornecimento, o nível dos contextos políticos mais próximos e dos interesses dos *street level*. Os *street level workers* assentam no sentido de missão, de compromisso e do prosseguimento de objetivos, uma vez que representam uma forte pressão. Assim, *bottom-up* pressupõe o desenvolvimento de estruturas analíticas, da explicação da realidade, evidenciando as dinâmicas de implementação.

Outra abordagem contempla o trabalho de O'Toole (apud Cardim, 2009), contribuindo com o modelo dos processos inter-organizacionais e na gestão de redes relacionais, salientando a colaboração de multi-atores. Desta visão ressalta a centralidade da coordenação em contextos de rede, a análise e o impacto nos atores sociais e nos fatores macro nos diversos contextos.

Da centralidade surge o conceito responsabilidade social e público (*public accountability*) que se transfere em obrigações ao nível do funcionamento do sistema administrativo associado à eficiência e à eficácia, à evidência das ações e dos seus resultados, à luz da transparência e do retorno aos destinatários, tal como à integração de projetos coordenados que visem a resolução de problemas do interesse público e a viabilidade da sua atuação sob as finalidades políticas. As práticas consistentes e coerentes, referentes às respostas de formulação e de programas eficazes, permitem transmitir uma imagem de confiança junto dos cidadãos.

A avaliação de uma política pública subentende a concretização de um relatório sobre os outputs dos programas públicos, a avaliação do impacto e a alteração de propostas e reformas. A monitorização possibilita acompanhar o processo de implementação e da execução da política, a análise intercalar e possíveis reajustamentos, tão mais importante no processo de implementação de uma política pública.

Efetivamente, o acompanhamento das AEC pela comissão de acompanhamento do programa [CAP], viabiliza a monitorização e realização de relatórios com base na intervenção centrada na recolha de dados, na promoção de momentos de interação com os diferentes elementos da comunidade educativa e da observância das atividades.

Segundo Cardim (2009), o estudo empírico apoiado na propedêutica das diversas políticas nas áreas da educação, formação e segurança social em Portugal, a partir do sistema político, institucional e local, permitiu contextualizar modelos e analisar os seguintes

fatores essenciais para o sucesso da implementação/aplicação de uma medida de política pública:

- ✓ Coordenação nos processos de territorialização das políticas;
- ✓ Verificação do valor entre a formação das políticas e a sua implementação;
- ✓ Fomentação das redes sociais nos processos de territorialização das políticas públicas;
- ✓ Definição de estratégias de negociação e criação de parcerias, congregando competências e mais-valias, envolvendo atores sociais e destinatários das políticas;
- ✓ Incrementação do modelo *public accountability*, inerente à prestação de contas, à transparência e rigor, promotor da credibilidade e da confiança;
- ✓ Atualização e transmissão da informação sobre a política pública, de forma clara e coerente, ao nível das organizações, dos parceiros, destinatários e outros (*stakeholders*);
- ✓ Reflexão sobre a experiência e partilha de boas práticas;
- ✓ Divulgação pública e acessibilidade aos programas, às suas finalidades, destinatários e aos seus resultados;
- ✓ Monitorização incita a validação dos sistemas, a depuração de áreas de melhoria, a coordenação e cooperação, à luz da eficácia e afluência das atuações.
- ✓ Imediação do destinatário final, por forma a garantir a pertinência da política pública face a um problema contextualizado e justificado, assegurando intervenções territorializadas e ajustadas às necessidades.

Sumariamente, as características do sistema e do processo político, desde a tomada de decisão à implementação de políticas, influenciam a perceção de êxito da política ou o fracasso. Birkland (2001) refere que os cidadãos acreditam que as políticas falham devido a má conceção ou a uma administração incompetente e embora possa ser verdade em alguns casos, na maioria as políticas são tão bem mais projetadas quanto possível, dadas as restrições usuais de conhecimentos e recursos, que parecem falhar devido a circunstâncias imprevistas, que podem estar relacionadas com a resistência à política durante a execução e com a obstinação do processo político. O desafio dos formuladores políticos consiste em elaborar políticas que atendam aos objetivos gerais estabelecidos para os mesmos, enquanto permanecem suficientemente resistentes ao tempo de mudanças políticas, à resistência da política implementada, e aos conflitos do grupo.

Capítulo 3 – Análise do Programa Escola a Tempo Inteiro

“A escola precisa de assumir como espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências diversificadas, nomeadamente mais espaços de efetivo envolvimento dos alunos e atividades de apoio ao estudo.”

(Decreto-Lei n.º 6/2001)

1- Enquadramento Legal

Em cumprimento da política para a educação, o Ministério da Educação concede com o decreto-lei nº6/2001, uma reorganização do currículo do ensino básico, atendendo à necessidade de reforçar a articulação entre os três ciclos, para uma maior qualidade das aprendizagens.

Assim, o número 1 do artigo 7.º indica que “ *as escolas do 1º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral*” e o artigo 9.º anuncia:

“As escolas, no desenvolvimento do seu projeto educativo, devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.”

O Despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho, institui o Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 1.º Ciclo, o qual assume a necessidade de recuperar algum atraso segundo os padrões europeus, constituindo como elemento basilar para o desenvolvimento de competências fundamentais para a qualificação e formação do indivíduo, sob a perspetiva futura de aumentar a competitividade dos trabalhadores e a economia portuguesa. Neste sentido, o presente despacho estabelece:

“É aprovado o programa de generalização do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico, o qual se desenvolve ao longo do ano letivo em regime de complemento educativo, de frequência gratuita, abrangendo os 3.º e 4.º anos de escolaridade dos estabelecimentos públicos onde seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico, com uma duração semanal correspondente a um tempo e meio letivo (cento e trinta e cinco minutos).”

Já no Despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto, releva as atividades de enriquecimento curricular, respeitante à aquisição de competências desportivas, musicais, língua estrangeira, informática e outras. Ainda destaca o tempo de permanência das

crianças nos estabelecimentos de ensino de acordo com as necessidades das famílias. Assim, para o efeito do que foi referido, o ponto 5.º do despacho em questão entende:

“Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das atividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respetivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias, com vista à oferta de atividades de animação e de apoio às famílias, bem como de enriquecimento curricular ou outras atividades extracurriculares, de frequência facultativa por parte das crianças e alunos interessados.”

O Despacho n.º 12 591/ 2006 “ *assume claramente o papel de primeira medida de concretização de projetos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito escola a tempo inteiro*”. No ponto 9, estabelece quais as atividades de enriquecimento curricular:

“Consideram-se atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Atividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeira;
- d) Atividade física e desportiva;
- e) Ensino da música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras atividades que incidam nos domínios identificados.”

Neste sentido, no ponto 3, em anexo ao Despacho circunscrito, o apoio financeiro concede mais vantagens em detrimento das atividades do ensino do Inglês, da música e da atividade física e desportiva:

“A comparticipação financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:

- a) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e atividade física e desportiva—E 250;
- b) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e outra atividade de enriquecimento curricular— E 180;
- c) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, atividade física e desportiva e outra atividade de enriquecimento curricular—E 180;

- d) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e duas atividades de enriquecimento curricular que não sejam o ensino da música e a atividade física e desportiva—E 160;
- e) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e ensino da música—E 130;
- f) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e atividade física e desportiva—E 130;
- g) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade—E 100.”

Destaca ainda a importância das autarquias locais como entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular, pelo que na sua introdução refere:

“Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino; Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de atividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que atualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de atividades aos alunos.”

Assim, o ponto 14, enuncia:

“Podem ser promotoras das atividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas”.

A publicação do Despacho n.º 14 460/2008, veio revogar a legislação acima referida, introduzindo a obrigatoriedade do ensino do Inglês a todo o 1.º Ciclo, indicado no seu ponto 10:

“Os planos de atividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente para todo o 1.º ciclo como atividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) Ensino do Inglês. “

Apesar da obrigatoriedade e da promoção realizada à atividade do ensino do Inglês, o presente despacho refere no ponto 34:

“A frequência das atividades de enriquecimento curricular depende da inscrição por parte dos encarregados de educação. Uma vez realizada a inscrição, os encarregados de educação assumem um compromisso de honra de que os seus educandos frequentam as atividades de enriquecimento curricular até ao final do ano letivo.”

Sumariamente, o respetivo despacho advoga:

“ Considerando a importância do desenvolvimento de atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e conseqüentemente para o sucesso escolar futuro...; Considerando o sucesso alcançado com o lançamento em 2005 do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, primeira medida efetiva de concretização de projetos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro e o sucesso alcançado com o lançamento em 2006 do programa de generalização do ensino do inglês e de outras atividades de enriquecimento curricular; Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e ainda a necessidade de continuar a consolidar e alargar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino; Considerando, por último, a importância de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.”

2- Programa Escola a Tempo Inteiro

A medida política Escola a Tempo Inteiro no 1.º Ciclo do Ensino Básico assume a valorização deste grau de ensino, uma vez que sustenta a ideia de ocupação educativa dos alunos, de forma plena, ao longo do tempo escolar e no espaço escolar.

O Ministério da Educação responde à necessidade de elevar os resultados escolares e de proporcionar oportunidades idênticas a todos os alunos, implementando uma medida que procura garantir uma cobertura de horário a tempo inteiro. A construção da política educativa surge no contexto de escolas modernizadas, oferecendo aos alunos novas oportunidades de aprendizagem abrangidas pela implementação das AEC, promotora da centralização e rentabilização do tempo letivo.

Segundo Pires (2007) a articulação estabelecida entre as medidas enunciadas assumem uma perspectiva de reconfiguração do 1.º ciclo do Ensino Básico, particularmente, ao nível da organização e gestão curricular. Neste sentido, constitui-se o princípio de ocupação integral

do tempo ampliado, dedicado a educação escolar, estruturado e institucionalizado, assumindo um papel determinante na gestão curricular e na organização pedagógica e escolar. Portanto, coloca o desafio da integração curricular de dois tempos e momentos: o letivo, curricular obrigatório, assegurado pelo Estado; e o não letivo, do enriquecimento curricular de frequência facultativa assegurado predominantemente pela autarquia, sob o financiamento do Estado.

Pires (2007) ainda refere que a deslocação das áreas artísticas e de educação física, instituídas no currículo obrigatório, para a esfera do enriquecimento curricular, subentende uma lógica de flexibilização. Esta condição vigora a introdução da visão mercantil que impulsiona as autarquias, enquanto entidades promotoras das atividades, a oferecer mais vantagens financeiras (Inglês - de oferta obrigatória, Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva) em prejuízo de outras atividades, eventualmente menos académicas e sem conotação conceptual e metodológica. Concludentemente, favorece a escolarização das AEC, sendo a implementação e generalização da “*forma escolar*” como “*maneira de conceber a aprendizagem*” (Canário, 2005), prolongando o tempo escolar do aluno e diminuindo a possibilidade de tempos livres.

Sumariamente, a ETI caracteriza-se pela resposta social para todas famílias (independentemente dos seus recursos) referente à ocupação plena das crianças que frequentam o 1.º ciclo do Ensino Básico e a qualidade do ensino com vista a melhoria dos resultados, abrangidos pelos processos de modernização, contemplados pela competitividade, produtividade e empreendedorismo.

Referencialmente, da atuação do Estado no processo de conceção e implementação das medidas relacionadas com a ETI, evidencia-se a promoção de lógicas de contratualização com as autarquias e destas com entidades privadas e, com associações de pais [AP] e com instituições particulares de solidariedade social [IPSS]. Constitui formas de ação através de “*contratos de ação pública*”, a partir de negociações explícitas, segundo a lógica do governar pelo contrato. Assume-se assim uma nova forma de governo onde o Estado toma iniciativas direcionadas para as parcerias e para a privatização. O Estado procura instituir valores dos mais recentes modelos de gestão, circunscritos na prestação de serviços, garantindo a equidade sustentada em mecanismos que assegurem a eficácia e a qualidade. A implementação das AEC tem vindo a gerar a perda de utentes, pelos centros de atividades de tempos livres [ATL] privados (incluindo os controlados pelas AP e pelas IPSS, dentro ou fora dos espaços escolares) ou municipalizados, conduzindo a sua deslocalização, reorganização e reconceptualização.

“As reformas atuais sustentam a competição, numa lógica de mercado, subjacente à visão da eficiência de execução e da responsabilidade pelas decisões, assim como assenta nas iniciativas de desburocratização, entendida pela introdução das novas tecnologias de informação, da limitação da sobreposição de serviços, da eliminação de circuitos burocráticos e a adaptação da linguagem administrativa e jurídica à compreensão comum.” (Mozzicafredo, 2001)

As medidas implementadas convencionam a contratação de serviços privados e a criação de institutos ou associações com alguma autonomia de gestão nas redes e parcerias público-privadas, nas iniciativas de descentralização e de delegação de competências em níveis intermédios. A construção desta medida política educativa pressupõe uma pluralidade de atores públicos e privados, agindo sob interdependências mútuas, sustentadas pela regulação das atividades coletivas.

A valorização dos saberes curriculares no 1.º ciclo subentende a oferta a todos os alunos de novas oportunidades de aprendizagem, sendo o espaço escolar de acesso a recursos para todas as crianças. Os instrumentos que estruturam, condicionam, operacionalizam as medidas, depreendem da identificação dos atores responsáveis pela sua construção e coordenação e, ainda, a sua génese. Assim, os instrumentos de ação pública são detentores de valores, sustentados por uma interpretação social e por conceções específicas do modo de regulação.

De acordo com Pires (2007) as comissões responsáveis pelo acompanhamento dos programas que viabilizam a implementação da medida política, definem um Estado regular, controlador e promotor de boas práticas, uma vez que os instrumentos politizados permitem desenvolver formas de controlo e de avaliação.

No entanto, a implementação da medida Escola a Tempo Inteiro, a conceção do plano, controle de processos, os objetivos e metas estabelecidos pelo poder político, apresentam-se ausentes da participação dos atores envolvidos e da especificidade de cada organização. Por conseguinte, não se reconhece o papel dos profissionais e dos diversos atores educativos, marcantes no que se assume à reformulação das responsabilidades e das intervenções na concretização da política.

Parte II- Estudo Empírico

“A validade interna de um trabalho é reforçada quando o investigador tem a preocupação de descrever a sua metodologia, a fundamentação das escolhas, a explicitação das suas fontes e dos métodos utilizados”

(Lessard-Hébert, Boutin, & Goyette, 1994)

Capítulo 1- Estratégias de Investigação

“(...) a estatística descritiva e a expressão gráfica das informações são muito mais do que simples métodos de exposição de resultados.”

(Quivy & Campenhoudt, 1995)

1- Design de Investigação

Para Yin (apud, Ferreira, 2008) um estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, particularmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são completamente claros. O estudo de caso visa, assim, retratar a realidade de forma completa e profunda, em que o investigador procura mostrar a multiplicidade de dimensões presentes na situação em estudo, focalizando-a como um todo.

Fundamenta-se assim, nesta presente investigação, a escolha de uma metodologia de natureza quantitativa e qualitativa, resultante de um estudo caso exploratório e descritivo. Segundo Reichardt e Cook (apud, Ferreira, 2008) a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas permitem compreender melhor os fenómenos e alcançar resultados mais seguros, tornando o plano de investigação mais sólido.

Segundo Carmo e Ferreira (2008) a utilização do método quantitativo pressupõe a observação de hipóteses explicativas de fenómenos, o controlo de variáveis, a verificação ou a rejeição das hipóteses mediante uma recolha rigorosa de dados, implicados na análise estatística.

Pretendemos com a investigação quantitativa envolver a elaboração de um plano de investigação estruturado, precedido de uma revisão da literatura pertinente, fundamental para a definição de objetivos e formulação de hipóteses. Procurámos relações entre variáveis, realizámos descrições com base no tratamento estatístico de dados recolhidos, com o objetivo de testar teorias. Uma vez que o paradigma quantitativo advoga a medição rigorosa e controlada, e sendo de carácter objetivo e hipotético-dedutivo, procurámos assumir dados mais fiáveis a uma realidade estável.

Para Bogdan (1994), os métodos qualitativos assentam, particularmente, em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes. Bogdan & Biklen (1994), ainda definem cinco características dos métodos qualitativos: fonte direta dos dados em ambiente natural; dados essencialmente de carácter descritivo; investigadores centrados mais pelo processo em si do que pelos resultados; análise de dados tratada de forma indutiva; direcionados para a compreensão do significado que os participantes atribuem às suas experiências.

Ludke e André (apud, Bogdan & Biklen, 1994) apresentam sete características do tipo de investigação qualitativa: visam a descoberta, uma vez que podem surgir novos elementos e aspetos importantes para a investigação; possibilitam a interpretação em contexto, relevando as características da escola, o meio social em que está circunscrita, os recursos materiais e humanos, entre outros aspetos; retratam a realidade de forma completa e profunda; utilizam fontes de informação diversificada; facilitam generalizações naturalistas; representam diferentes perspetivas presentes numa situação social; e recorrem a uma linguagem mais acessível do que outros métodos de investigação.

Deste modo, a fiabilidade da investigação passa pela recolha de dados resultante da utilização de técnicas de consulta documental, entrevistas e inquéritos por questionário, que procedem à redação de conclusões.

2- Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

A seleção dos instrumentos de recolha de dados constitui uma etapa fundamental na concretização do trabalho de investigação. Yin (apud, Ferreira, 2008) indica seis tipos de instrumentos: documentação, arquivos, entrevista, observação direta, observação participativa e produtos físicos. Neste estudo de caso serão utilizadas fontes documentais, inquéritos por questionário aos encarregados de educação e entrevistas a professores.

A seleção de temáticas aplicáveis à resolução da problemática, constitui uma fase imprescindível na utilização de fontes documentais. Neste sentido, Yin (2005), reforça que “ (...) o estudo de documentos oficiais é fundamental no início de um estudo de caso.”

A leitura e tratamento dos documentos incidem sobre a sua autenticidade e exatidão das informações, procurando estabelecer correlações entre os documentos e a análise de investigação.

O inquérito por questionário constitui uma técnica de interação indireta que se apoia numa sequência de perguntas ou interrogações escritas que se dirigem aos inquiridos, que podem expressar as suas opiniões, representações, crenças ou outras informações fatuais.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1995), os inquéritos por questionário visam a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Portanto, tem por objetivo, o estudo de fenómenos que atingem populações extensas e numerosas, pelo que proclama por um questionário o mais padronizado possível, que permita a comparabilidade das respostas, bem como o seu tratamento estatístico. Este método de análise estatística de dados, segundo Quivy e Campenhoudt (1995) é sobretudo

apropriado “ (...) a todas as investigações orientadas para o estudo das correlações entre fenómenos suscetíveis de serem exprimidos por variáveis quantitativas.”

O carácter padronizado apela à utilização de questões fechadas, uma vez que permitem objetivar as respostas, evitando que sejam ambíguas. Neste sentido, Carmo e Ferreira (2008) indicam algumas regras elementares utilizadas neste trabalho: não exceder o número de respostas tipo; as instruções claras e precisas; as respostas tipo exclusivas; evitar leituras ambíguas e subjetivas, e indiscrições gratuitas; confirmar a veracidade de questões incertas noutra parte do questionário e todos os pontos a questionar; aferir a pertinência das perguntas relativamente à experiência do inquirido; e ter em atenção as escalas de atitude.

Para a preparação e elaboração dos inquéritos por questionário, cumpriu-se as seguintes fases:

- ✓ Inquérito: delimitação dos problemas a estudar e o tipo de informação a obter;
- ✓ Definição clara dos objetivos do inquérito e a delimitação rigorosa do universo ou população do inquérito, bem como a construção da sua amostra representativa;
- ✓ Procedimento da redação do projeto de questionário, procurando definir os objetivos de conhecimento que o inquérito se propõe com um tipo de linguagem acessível aos inquiridos;
- ✓ Recolha do inquérito e a codificação das respostas, a análise e tratamento da informação, e a elaboração das conclusões fundamentais que o inquérito conduziu.

A técnica de entrevista pressupõe uma interação direta que permite recorrer a informadores qualificados, especialistas no campo de investigação, possibilitando obter informações concretas, segundo as perceções e experiências dos inquiridos.

A entrevista subentende um planeamento que deve constituir a explicitação de objetivos a alcançar, procedendo à operacionalização das variáveis e ao encadeamento de questões, de forma adequada ao objetivo da investigação. Sendo a amostra um conjunto de informadores qualificados, a seleção e o encadeamento de perguntas foi adequada à escolha dos entrevistados. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1995):

“(...) Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível, «deixará andar» e entrevistador para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível.”

Neste sentido, a escolha de entrevistas resulta da adoção de técnicas que permitam otimizar o tempo, e que, simultaneamente, sejam flexíveis na exploração das questões.

3- Análise e Tratamento de Dados

As técnicas de análise estatística de dados facilita a rápida manipulação de notáveis quantidades de informação. Segundo Quivy e Campenhoudt (1995) expõem a mesma informação:

“Mas esta apresentação diversificada dos dados não pode substituir a reflexão teórica prévia, a única a fornecer critérios explícitos e estáveis para a recolha, a organização e, sobretudo, a interpretação dos dados, assegurando, assim, a coerência e o sentido do conjunto do trabalho.” (Quivy e Campenhoudt, 1995:223)

Considerámos os modelos de Classes Latentes uma ferramenta essencial para a identificação de classes, em caso de heterogeneidade. Estes modelos, introduzidos por Lazarsfield e Henry (1968, apud, Fonseca, 2007) representam uma classe latente com várias categorias, à custa de um conjunto de variáveis observadas.

“The results of Bodet (2006) suggest that the quality of human factors, such as staff behaviour, and non-tangible factors, such as image, are determinant in the formation of customer satisfaction. In this sense, by knowing customers’ perceptions about service quality we think that we can measure customer’s service satisfaction, using service quality as an indirect approach to customer satisfaction.” (Apud, Fonseca, 2009)

Os modelos de classes latentes descobrem uma variável latente, que não pode ser medida diretamente, mas que integra vários indicadores observáveis. Os modelos são usados para identificar segmentos latentes necessários para explicar todas as associações entre um conjunto de variáveis observadas. Os resultados de atributos mais semelhantes (homogeneidade) devem ser agrupados numa única classe e a heterogeneidade permite a diferenciação de classes, pelo que assume que a variável latente é categórica.

Relativamente ao estudo em causa, esta metodologia possibilita explicar as relações entre as representações dos Encarregados de Educação e a eficácia/ eficiência e impacto de uma medida de política pública, resultantes das classes latentes de satisfação face à oferta educativa e com base nos indicadores sobre o processo de implementação da medida Escola Tempo Inteiro.

A revisão da literatura, quer de natureza teórica ou investigativa permite contribuir para a concetualização do estudo e interpretação dos resultados. Assim, a combinação da recolha

de dados obtidos pela pesquisa documental, entrevista e questionário, aplicados aos atores e destinatários envolvidos na medida política Escola a Tempo Inteiro, e a rigorosa análise, à medida do tipo de recolha, possibilitou assegurar a viabilidade e fiabilidade deste estudo.

No que concerne à redação do relatório e dos resultados, Yin (apud, Ferreira, 2008) aponta cinco características de um bom estudo de caso, as quais procurámos instituir: ser relevante, completo, considerar perspetivas alternativas de explicação, evidenciar uma recolha de dados adequada e suficiente e ser apresentado de forma que motive o leitor.

Capítulo 2 – Contexto da Amostra

1- Amostra/ Sujeitos da Investigação

População ou Universo é o público-alvo total, designa a totalidade dos indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo, estando em conformidade com um conjunto de especificações. Geralmente, os estudos/pesquisas abrangem uma grande população de elementos, pelo que é frequente trabalhar apenas com uma pequena parte dos elementos que compõem a população (encarregados de educação) - uma amostra.

Assim, constituíram a amostra desta investigação, duzentos e vinte e dois encarregados de educação inquiridos; além destes, oito professoras titulares de turma e duas professoras das atividades de enriquecimento curricular foram entrevistadas.

A seleção dos sujeitos de investigação (encarregados de educação) foi aleatória (plano de amostragem aleatória simples, através do uso da tabela de números aleatórios), por forma a que os resultados fossem generalizados e representativos da população em estudo.

Procedidas as entrevista e a aplicação dos questionários no início do ano letivo, na primeira reunião com os encarregados de educação, a fim de obter um maior número possível de inquiridos, contextualizámos o objeto de estudo.

2- Contextualização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Miraflores localiza-se no concelho de Oeiras, nas freguesias de Algés e de Linda-a-Velha e foi constituído no ano letivo de 2004/2005. A escola sede situa-se na Escola Básica Integrada de Miraflores, sita na Rua 25 de Novembro de 1975.

O Agrupamento é constituído pelas seguintes escolas: Escola Básica Integrada de Miraflores (1º, 2º e 3º ciclos); Escola Básica do 1º Ciclo Sofia de Carvalho; Escola Básica do 1º Ciclo Almeida Garrett e Jardim de Infância Luísa Ducla Soares.

A população é bastante heterogénea, o que constitui um permanente desafio face à capacidade de adaptação. Os novos fluxos migratórios a que Portugal tem estado sujeito

compelem, também, a um reajustamento da Rede Escolar a que o Agrupamento de Escolas de Miraflores procura responder.

Uma outra problemática que interfere com a estabilidade dos alunos, é o agravamento da condição económico-social de algumas famílias. As freguesias de Algés e Linda-a-Velha pautam-se por uma forte ligação ao setor terciário, em termos laborais. Alguns pais dos alunos que frequentam o Agrupamento carecem, neste momento, se não de emprego, da certeza da sua continuidade. Esta situação, bem como a insegurança que a dúvida encerra, determinam precaução nos gastos e, em última instância, refletem-se nas vivências e experiências a que os alunos estão habituados ou exprimem-se em verdadeiras dificuldades no cumprimento das vertentes básicas da dignidade humana – saúde, habitação e alimentação.

No que diz respeito a aspetos físicos e materiais, o Agrupamento tem vindo a redimensionar os seus recursos, assegurando a otimização dos espaços e serviços. O apetrechamento de salas com equipamentos informáticos e audiovisuais, que facilitem e auxiliem a prática pedagógica, tem sido um dos principais objetivos do Agrupamento.

3- Validade do Estudo

De acordo com Carmo e Ferreira (Ferreira, 2008), a validade de um estudo diz respeito à necessidade de garantir que os resultados se traduzam à realidade estudada e que a fiabilidade corresponde à replicação do estudo, à necessidade de assegurar uma descrição pormenorizada e rigorosa, por forma a que caso o estudo seja repetido, os resultados obtidos apresentem-se idênticos.

Portanto, a validade interna deste estudo assenta na apropriação de técnicas e fontes, por forma a obter resultados mais seguros e consistentes, e a fidelidade aos dados recolhidos e aos resultados que contemplam a variedade de inquiridos e dos seus conhecimentos, práticas e experiências.

Capítulo 3- Apresentação e Análise de Dados

Este capítulo tem como finalidade proceder à organização e análise dos resultados da investigação, com vista aos objetivos definidos e sustentado na pesquisa documental, por forma a assegurar e viabilizar a compreensão e o conhecimento deste estudo.

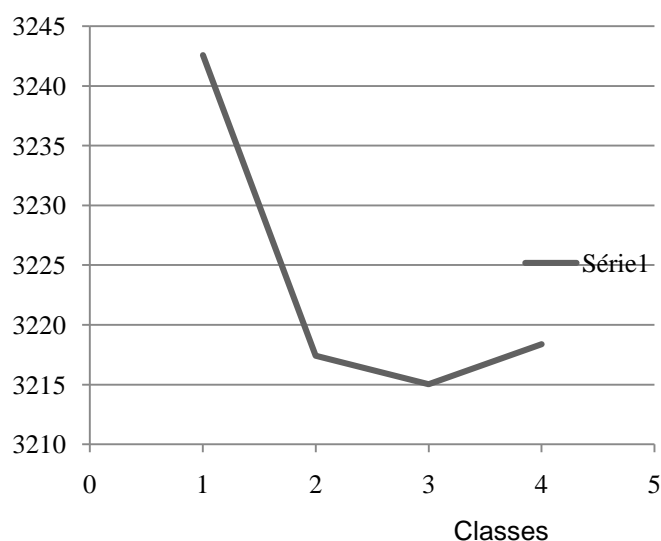
1- Perfil dos Encarregados de Educação, Educandos e Professores

A descrição do perfil de Encarregados de Educação, resulta da hipótese de haver uma classe homogénea ou mais do que uma, transversal aos atributos ponderados e de acordo com as características afeitas para a sua caracterização. A tabela 1 representa os resultados da estimação das classes latentes.

Tabela 2- Resultados de Estimação de Classes Latentes

N.º de Classes	AIC(4)
1-Cluster	3242,586
2-Cluster	<u>3217,419</u>
3-Cluster	3215,029
4-Cluster	3218,376

Gráfico 1- Apresentação dos resultados de estimação de Classes Latentes



Tanto a tabela 2 como o gráfico 1, apontam para duas classes latentes perceptíveis no cotovelo (gráfico), sendo assim afastada a hipótese de homogeneidade.

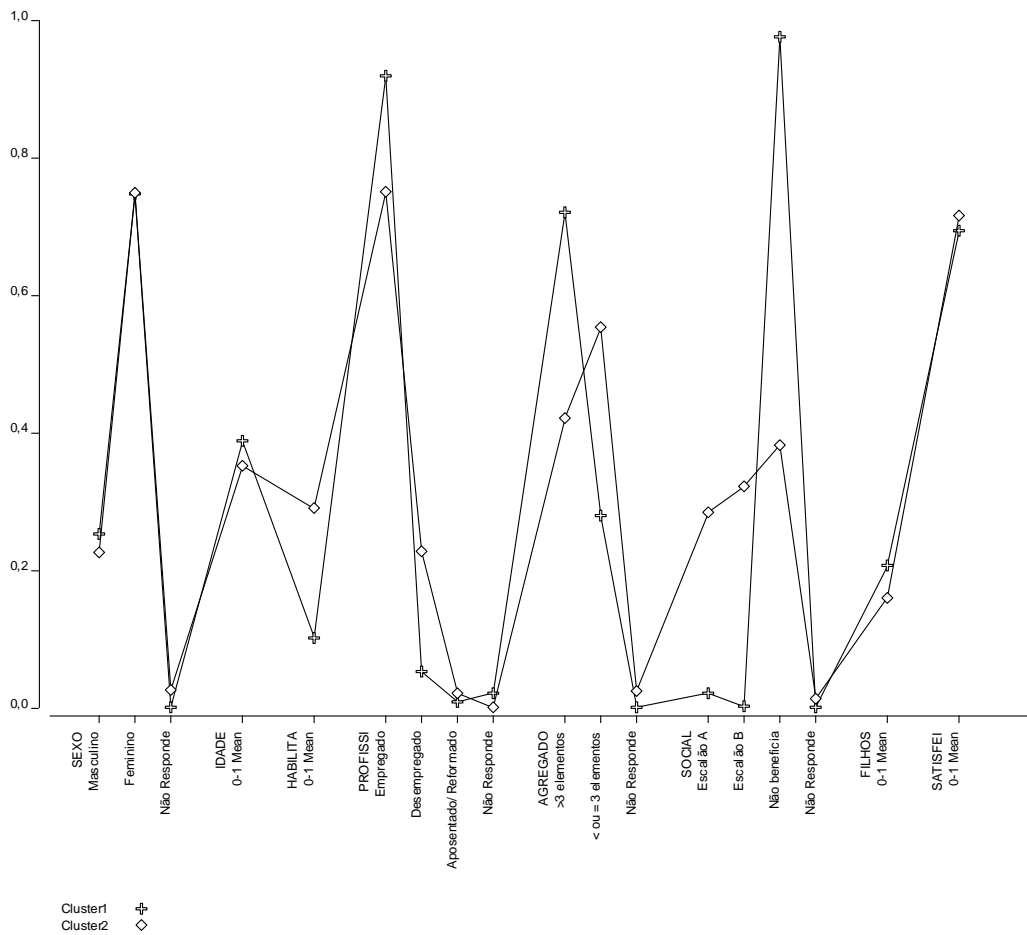
A tabela 3 e o gráfico 2 demonstram a estimação das probabilidades das classes latentes, resultantes da indicação das probabilidades relativas aos valores apontados pelos indivíduos nas designadas categorias das variáveis observadas, integrando assim uma classe da variável latente. A distribuição de probabilidade das classes latentes permite descrever o que predomina dentro de uma dada população e compara o que prevalece entre sub populações.

Tabela 3- Quadro de Probabilidades

Indicadores	Classe 1 65%	Classe 2 35%
Sexo		
Masculino	<u>0,2525</u>	0,2257
Feminino	0,7474	<u>0,7484</u>
Idade		
20-29 anos	0,0533	<u>0,0816</u>
30-39 anos	0,4113	<u>0,4725</u>
40-49 anos	<u>0,4732</u>	0,4075
>50 anos	<u>0,0513</u>	0,0331
Habilitações Académicas		
Licenciatura ou Formação Superior	<u>0,5606</u>	0,1511
Bacharelato/ Curso Médio	<u>0,1222</u>	0,0814
Secundário/7.º Liceu	0,2836	<u>0,4664</u>
3.º Ciclo/ 5.º Liceu	0,0197	<u>0,08</u>
2.º Ciclo/ 2.º Ano Preparatório	0,0098	<u>0,0986</u>
1.º Ciclo/ 4.ª Classe	0,0039	<u>0,0968</u>
Situação Profissional		
Empregado	<u>0,9182</u>	0,7509
Desempregado	0,052	<u>0,2272</u>
Aposentado/ Reformado	0,0091	<u>0,0218</u>
Agregado Familiar		
>3 elementos	<u>0,7204</u>	0,4218
< ou = 3 elementos	0,2789	<u>0,5534</u>
Apoio da Ação Social Escolar		
Escalão A	0,0217	<u>0,2844</u>
Escalão B	0,0021	<u>0,3215</u>
Não beneficia	<u>0,976</u>	0,3813
N.º de filhos a frequentar o Agrupamento		
1 Filho	0,4853	<u>0,5798</u>
2 Filhos	<u>0,4255</u>	0,3674
3 Filhos	<u>0,0725</u>	0,0452
> 3 Filhos	<u>0,0167</u>	0,0075
Grau de satisfação dos Encarregados de Educação		
Muito Insatisfeito	<u>0,0637</u>	0,0489
Insatisfeito	<u>0,0333</u>	0,0281

Nem Satisfeito, nem Insatisfeito	<u>0,171</u>	0,1584
Satisfeito	0,5285	<u>0,5374</u>
Muito Satisfeito	0,2035	<u>0,2272</u>

Gráfico 2- Apresentação dos resultados do quadro de probabilidades



Da estimação das probabilidades das classes latentes, deriva na tabela 4 o perfil sócio demográfico dos Encarregados de Educação, podendo a classe 1 ser classificada de “*Insatisfeitos*” e a classe 2 de “*Satisfeitos*”.

Tabela 4- Perfil Sócio Demográfico dos Encarregados de Educação

Variáveis	Classe 1 (65%) Insatisfeitos	Classe 2 (35%) Satisfeitos
Sexo	Masculino	Feminino
Idade	>40 anos	20-39 anos
Habilitações Académicas	Licenciatura/ Bacharelato/ Curso Médio	1.º ciclo/ 2.º ciclo/ Secundário
Situação Profissional	Empregado	Desempregado
Apoio da ação social escolar	Não beneficia	Escalão A e B
Agregado Familiar	> 3 elementos	<=3 elementos
N.º de filhos a frequentar o Agrupamento	>ou=2 filhos	1 filho

Na primeira classe (insatisfeitos) temos maioritariamente encarregados de educação do sexo masculino e de idade superior a 40 anos. Aduzem a um nível alto de habilitações académicas, que justifica uma situação profissional favorável, pelo que não beneficiam de apoio de ação social escolar, mesmo tendo um agregado familiar constituído por mais de três elementos.

A segunda classe (satisfeitos) é representativamente do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos. Apresentam um nível médio/baixo académico, a maioria encontra-se no desemprego e os seus educandos beneficiam de apoio da ação social escolar, explica assim um menor agregado familiar (<=3 elementos) .

O perfil dos educandos apresentado na tabela 5, foi traçado com base na informação facultada pelos encarregados de educação. A classe 1 (92% dos inquiridos) distingue-se maioritariamente por alunos que frequentam as AEC há um ou mais anos, e a classe 2 (8% dos inquiridos) que não frequentam.

Tabela 5 - Perfil dos Educandos

Variáveis	Classe 1 (92%) Frequentam as AEC	Classe 2 (8%) Não frequentam as AEC
Escola	EBI Sofia de Carvalho	EBI de Mirafleres e EB1 Almeida Garrett
Apoio da ação social escolar	Escalão A e B	Não beneficia
Ano de escolaridade	4.º ano	1.º, 2.º e 3.º ano
Média de horas passadas na escola	8 horas	5 a 7 horas
Atividades mais frequentadas	Inglês Expressão Musical Educação Física	_____
Interesse dos alunos pelas AEC'S	Sempre ou quase sempre	Por vezes ou nunca
AEC'S – Cansativo e pouco lucrativo	Não	Sim

A maioria dos educandos que pertencem à primeira classe (frequentam as AEC), constituem na sua maioria o quarto ano de escolaridade na EBI Sofia de Carvalho; Passam, em média, 8 horas por dia na escola e frequentam as atividades de enriquecimento curricular do ensino do Inglês, Expressão Musical e Educação Física; Revelam sempre ou quase sempre interesse pelas atividades e não manifestam cansaço. Sendo a classe que maioritariamente beneficia da ação social escolar, pode evidenciar que a medida educativa referente ao despacho n.º 12 591/2006 responde às necessidades das famílias portuguesas, em que os alunos que provêm de meios sociais desfavorecidos beneficiam de um conjunto de experiências educativas.

A segunda classe (não frequentam as AEC) corresponde aos educandos que nunca frequentaram as AEC. A maioria não beneficia da ação social escolar, pelo que se conjectura sobre a capacidade/possibilidade dos encarregados de educação proporcionarem aos seus educandos outro tipo de atividades fora do contexto escolar. A maioria intenta que a permanência na escola por um período de tempo mais alargado pode tornar-se cansativa e pouco lucrativa e que os seus educandos revelam diminuto interesse (por vezes ou nunca) pelas atividades, pelo que valida a não frequência das AEC e a média de cinco a sete horas passadas na escola.

A tabela 6 mostra que a maioria dos professores titulares de turma apresentam qualificação profissional adequada, pertencem ao quadro de Agrupamento e possuem nove a trinta e dois anos de experiência na área.

Tabela 6- Perfil dos Professores

Entrevistados	Habilitações Académicas	Tempo de Serviço	Situação Profissional	Funções Exercidas
Prof_A	Bacharelato	32 anos	Professora do Quadro de Agrupamento.	Diretora de escola e de colégio, coordenadora de estabelecimento e professora titular de turma.
Prof_B	Licenciatura	29 anos	Professora do Quadro de Agrupamento.	Diretora de estabelecimento, coordenadora de ano e professora titular de turma.
Prof_C	Pós-graduação em Administração e Gestão Educacional	12 anos	Professora do Quadro de Agrupamento.	Professora titular de turma, coordenadora de ano e coordenadora de Biblioteca.
Prof_D	Licenciatura em Ensino Básico do 1.º Ciclo	8 anos	Professora contratada	Professora titular de turma
Prof_E	Licenciatura em professores do 2.º Ciclo variante de EVT	9 anos	Professora do Quadro de Agrupamento	Sempre professora titular de turma
Prof_F	Licenciatura em 1.º ciclo	22 anos	Professora do Quadro de Agrupamento	Conselho executivo, concelho científico pedagógico, coordenadora de ano.
Prof_G	Licenciatura em 1.º ciclo	16 anos	Quadro de Agrupamento	Apoio , coordenação de ano, coordenação de escola e titular de turma.
Prof_H	Curso de Educadora e do 1.º Ciclo	24 anos	Professora do quadro de Agrupamento	Educadora, coordenadora de ano, coordenadora de escola e professora titular de turma
Prof_I	Licenciatura em economia	3 anos	Professora das AEC`S	Sempre professora das AEC`S
Prof_J	12.º ano/ Secundária	1 ano	Sou professora das AEC`S e dou aulas particulares de piano.	Professora das AEC`S

De um modo geral, os professores titulares de turma já desempenharam funções de coordenação e gestão. Relativamente às professoras das AEC, uma apresenta uma formação académica não especializada no ensino e outra a um nível médio de educação (secundário), pelo que ambas não revelam conhecimentos ao nível da componente pedagógica.

2- Eficácia/Eficiência e Impacto da ETI

2.1- Escola a Tempo Inteiro- Processo de implementação no Agrupamento de Escolas de Miraflores

No processo de uma medida de política pública surgem as percepções dos atores e destinatários, formatadas em representações coletivas, por vezes, divergentes da formulação preambular. Por conseguinte, o conjunto das razões políticas referentes ao Programa Escola a Tempo Inteiro, incide na resposta às necessidades das famílias, ao tempo de permanência dos alunos na escola e à melhoria dos resultados escolares para uma prestação de serviços com qualidade.

2.1.1- Opinião dos Encarregados de Educação

A tabela 7 representa a opinião dos Encarregados de Educação quanto ao processo de implementação e cumprimento das finalidades da medida ETI no Agrupamento de Escolas de Miraflores.

Tabela 7- Perfil dos Encarregados de Educação: Relação de Satisfação com Processo de Implementação da Medida

Variáveis	Classe 1 (63%)	Classe 2 (37%)
	Satisfeitos	Insatisfeitos
Escolas do 1.º Ciclo	EB1 de Miraflores e EB1 Almeida Garrett = ou > 2 filhos	EB1 Sofia de Carvalho
N.º de filhos a frequentar o Agrupamento		1 filho
Ano de escolaridade do educando	1.º, 2.º e 3.º ano	4.º ano
Apoio de ação social escolar	Escalão A e B	Não beneficia
Frequência das AEC`S	Frequenta há mais de um ano	Nunca frequentou ou frequenta apenas há um ano
Atividades mais frequentadas	Apoio ao Estudo Inglês Expressão Musical Educação Físico-Motora	
Interesse dos alunos pelas AEC`S	Sempre	Quase sempre, por vezes ou nunca 5 a 7 horas
Média de horas passadas na escola	8 horas	
AEC`S – Cansativo e pouco lucrativo	Não	Sim
A medida ETI propicia atividades que só mais tarde iriam beneficiar	Concorda	Discorda ou sem tem opinião
ETI contribui para a melhoria dos resultados dos alunos	Concorda totalmente	Sem opinião, discorda ou concorda parcialmente
AEC`S complementam o currículo	Concorda totalmente	Sem opinião, discorda ou concorda parcialmente
AEC`S promovem novas experiências	Concorda totalmente	Sem opinião, discorda ou concorda parcialmente
ETI incita momentos de apoio aos TPC	Concorda	Discorda ou sem tem opinião
ETI contribui para o sucesso escolar	Concorda	Discorda ou sem tem opinião
Apoia a função parental dos pais, aquando o período laboral	Concorda	Discorda ou sem tem opinião

A primeira classe (satisfeitos) corresponde maioritariamente aos encarregados de educação que têm dois ou mais educandos a frequentar as escolas EBI de Mirafleres e/ou EB1 Almeida Garrett, pelo que pode justificar o facto de beneficiarem de apoio da ação social escolar. Os educandos frequentam o 1.º, 2º e 3.º ano de escolaridade e as respetivas atividades de enriquecimento curricular há um ou mais anos, revelando sempre interesse pelas mesmas. Os encarregados de educação não denotam que as AEC fomentem cansaço ou pouca produtividade, pelas oito horas, em média, passadas na escola.

A segunda classe (insatisfeitos) representa os encarregados de educação, que têm apenas um educando a frequentar, maioritariamente, o 4.º ano de escolaridade na EB1 Sofia de Carvalho. De acordo com a opinião dos encarregados de educação da segunda classe, a permanência na escola por um período mais longo pode tornar-se cansativo e pouco lucrativo, sendo que a maioria dos educandos não frequenta ou frequenta apenas há um ano as AEC e ficam na escola, em média, entre cinco a sete horas. Expressam, igualmente, que os seus educandos revelam apenas quase sempre, por vezes ou nunca interesse em frequentar as atividades.

Conforme, a tabela 7 representa ainda a opinião dos Encarregados de Educação face ao cumprimento das finalidades da medida. A primeira classe (satisfeitos), maioritariamente representativa, manifesta concordância em todas as finalidades. A segunda classe (insatisfeitos), revelam discordância ou não ter opinião formada. Contudo, nas finalidades que indicam que as AEC complementam o currículo, promovem novas experiências e contribuem para a melhoria dos resultados escolares, aferem concordância. Deste modo, destacam-se na primeira classe (*satisfeitos*) e na segunda classe (*insatisfeitos*) cumprimento nas finalidades relativas à promoção de novas experiências, as quais complementam o currículo e contribuem para a melhoria dos resultados dos alunos.

Na tabela 8 discorrem afirmações dos Professores relativamente ao processo de implementação da medida ETI no Agrupamento de Escolas de Miraflores, segundo perceções, práticas e experiências dos mesmos.

2.1.2- Opinião dos Professores Entrevistados

Tabela 8- Expressões dos Professores Entrevistados quanto ao Processo de Implementação da Medida

Prof_A	(...)Foi difícil, uma vez que passava mais tempo na escola e tinha menos tempo para planificar e preparar as aulas e materiais(...)
Prof_C	(...)Foi há poucos anos e no Agrupamento não funcionou muito bem, uma vez que as AEC eram integradas no meio do período de aulas. Deste modo, os professores titulares de turma passaram a ter furos no horário, momentos em que estavam na escola e não tinham aulas. Atualmente as AEC funcionam no período após o tempo letivo, pelo que funciona melhor(...)
Prof_D	(...) Todos têm dificuldade em aderir a novas propostas e não foi muito bem aceite pelos professores, pois passámos a trabalhar mais horas na escola, com menos tempo para trabalho individual(planificações e preparação de aulas).
Prof_E	(...)foi complicado gerir horários e intervalos entre as atividades(...)
Prof_F	(...)com o que era antes da medida com o atual, sinto que há uma grande diferença em relação aos alunos. De acordo com a minha experiência pessoal, a medida foi imposta , pois tivemos que aceitar as salas de estudo. Acho que existe discrepância porque quer se implementar como se fosse outro nível de ensino e não ligam nenhuma às diretrizes do ministério da educação(...)
Prof_H	(...)Apanhei a parte em que o professor do 2.º Ciclo vinha dar aulas ao nosso tempo letivo (coadjuvações). A parte em que passou a ser obrigatório, acho que nunca funcionou muito bem. Na primeira fase, como eram professores da escola, eram mais responsáveis, haviam menos faltas e uma maior comunicação com o professor titular de turma(...)
Prof_I	(...)Desde que comecei a dar aulas das AEC, para mim tem estado tudo na mesma, não noto diferença. O que eu sinto mais dificuldade é tentar captar a atenção das crianças depois de um período que exige a máxima concentração que têm durante o dia inteiro(...)
Prof_J	(...)Depende de escola para escola... O ano passado, se quisesse passar o ano todo a deixar as crianças saltar das mesas e não dar nada, ninguém se ia importar com isso. Há escolas muito diferentes, umas que funcionam e outras que são uma brincadeira(...)

A maioria das professoras manifestam que sentiram dificuldade no processo de implementação da medida, entre os variadíssimos motivos, indicam: menos tempo para o trabalho individual (planificação e preparação de aulas); resistência a novas propostas, sendo uma medida imposta; dificuldade em gerir horários e intervalos entre as atividades; afastamento das diretrizes do ministério de educação; inexistência de vínculo dos professores das AEC à escola; dificuldade em captar a atenção dos alunos, após um período de aulas que exige a máxima concentração; e a discrepantes dinâmicas de funcionamento de escola para escola.

A tabela 9 anuncia as perceções dos Professores proporcionais ao cumprimento das finalidades da medida política educativa Escola a Tempo Inteiro.

Tabela 9 – Expressões dos Professores Entrevistados quanto às Finalidades da Medida

Prof_A	(...) É só mais tempo para os meninos e bom para os pais com menos recursos relativamente aos ATL'S... A não ser permanecer mais tempo no mesmo espaço físico(...)
Prof_B	A ETI define-se como uma escola que dispõe de uma carga horária desde as 9 horas às 17h30 (...) Objetivos: disponibilidade/oferta no sentido de preencher e envolver os alunos nas mais diversas atividades. Proporcionar um grande apoio às famílias mais carenciadas(...)
Prof_C	ETI é mais uma forma de preencher o tempo letivo. Como nem todos os pais têm oportunidade de ir buscar os seus filhos, estes são ocupados com as atividades. A ETI alcança os seus objetivos no que se refere a manter as crianças na escola mais tempo ... Para além de manter as crianças na escola, é um espaço para a aprendizagem (...) Agora, os ideais previstos, penso que não atinge, pois o objetivo principal seria que as crianças aprendessem, que levassem alguma coisa daquele tempo a mais que estão na escola, e não apenas ocupá-los (...)
Prof_D	O que se pretende alcançar é manter os meninos na escola o mais tempo possível. Não tem qualquer objetivo para formar melhor os alunos, para que fiquem mais preparados, mas sim para que a escola sirva como depósito(...) para os pais, pois acredito que seja mais fácil vir buscá-los às 17h30. Não vejo benefícios a nível curricular, muito pelo contrário, os miúdos estão mais cansados, quando as aulas terminam e iniciam-se as AEC os alunos transformam-se, portam-se mal, são mal-educados, tentam desafiar ao máximo o professor (...)
Prof_E	O ministério quer garantir/ facilitar os pais (...) Não me parece que seja muito enriquecedor para os alunos (...).O Ministério quer dar outras competências aos alunos. Acho que é interessante nesse ponto de vista, meninos que não podem ser inscritos noutras atividades fora da escola, que não possam pagar, mas na prática a escola pública ainda não tem resposta (...) Se é para enriquecer os alunos, o enriquecimento é fraco, se é para tomar conta deles, é atingido e os pais podem ficar tranquilos (...) Medindo os pós e contras, digo que não é uma medida que está a funcionar. Naturalmente, correndo melhor ou pior, os alunos aprendem mais qualquer coisa.
Prof_F	A imagem que tenho da escola a tempo inteiro não é muito boa, quer das coisas que vivenciei e estou a vivenciar no terreno, quer das coisas com que lidei como presidente. Penso que o objetivo é dar hipóteses às famílias de ter um espaço para manter os meninos até às 17h30m. Vem contrapor aquilo que devia ser o objetivo inicial que seria dotar as crianças de outras competências. Se o modelo fosse outro, acho que teria outros benefícios(...) Penso que não atinge os objetivos, porque quem está à frente não conhece o terreno e os professores não sabem como lidar com os alunos, falta a componente pedagógica(...) Acho que não funciona, o modelo tem de ser revisto.
Prof_G	ETI é para ocupar os meninos até às 17h30(...) não há articulação, alguns professores não estão preparados e os alunos não os veem como professores, pelo que acabam por não fazer o trabalho que deveriam fazer(...)Enriquece sempre o programa no momento em que aprendem Inglês e Música, até porque nós não temos tempo para trabalhar essas áreas. Portanto, por pouco que eles trabalhem, aprendem mais qualquer coisa e nesse aspeto é uma mais valia. Não acho que melhore as atividades deles no dia a dia, acho sim que aprendem mais coisas, mas não melhora o sucesso escolar na sala de aula e o apoio ao estudo, não melhora mesmo.
Prof_H	Se realmente for bem implementado é bom, até porque com o horário dos pais e sendo raro terem uma avó em casa ou tempo disponível, teriam de deixar as crianças no ATL. Até concordo, porque neste momento os pais não têm disponibilidade económica, nem tempo. Para eles, até estão bem integrados na escola, têm espaços, embora sejam sempre na mesma sala, o que já não é muito positivo(...) há rotatividade, há poucas atividades, as turmas são muito grandes e, às vezes, a Câmara não consegue arranjar professores especializados naquela área .Em conclusão, tudo isto não permite que se atinjam os objetivos propostos.
Prof_I	Penso que esta medida foi feita/ pensada para tentar acompanhar as crianças o máximo tempo possível até que os pais os pudessem vir buscar, visto que a maior parte dos pais trabalham a tempo inteiro. Assim elas ficam na escola com este tipo de atividades, com apoio ao estudo. Acabam por ajudar a criança, pois estão num espaço que ela conhece e fica mais segura. Em relação concretamente às atividades de enriquecimento curricular é uma forma de as crianças mais cedo despertarem para estes temas que serão abordados mais tarde e que começam de uma forma mais a brincar a ter conhecimento destes programas (...) É muito difícil, uma vez que a Escola a Tempo Inteiro nem sequer é obrigatória, acaba por não ser igual para todos. Em relação a manter os meninos mais tempo na escola e melhorar as aprendizagens, acho que sim. No entanto, faço a ressalva que por ainda serem muito crianças, isto é, se calhar deveria haver uma segunda alternativa a estas atividades para os alunos mais problemáticos que perturbam a aula.
Prof_J	(...)Mais que não seja, se estiverem sozinhos na rua a fazer uma asneira qualquer, ficam

numa sala a aprender alguma coisa, ficam num sítio mais seguro (...) **acaba por dar jeito aos pais, porque não sabem o que fazer às crianças durante aquele tempo e é gratuito**, não estão a pagar a um ATL e os miúdos sempre aprendem qualquer coisa. O apoio ao estudo, logicamente vai melhorar o sucesso dos alunos e as **outras atividades ajuda a disciplinar nas coisas que fazem diariamente**.

Segundo a opinião de todos os professores entrevistados, a medida cumpre a finalidade de proporcionar novas oportunidades de aprendizagem, assegurando uma cobertura de horário a tempo inteiro, por forma a responder às necessidades das famílias mais carenciadas e o apoio à função parental, aquando o período laboral dos pais. Todavia, em algumas declarações existe discordância relativamente ao enriquecimento curricular, à melhoria dos resultados e sucesso dos alunos, pelo que é referido que não há materiais, espaços próprios e em alguns casos, professores com qualificação na área.

Entre os professores que se encontram no terreno e os destinatários da medida (encarregados de educação), as representações divergem no que se pronuncia à finalidade respeitante à melhoria e sucesso dos alunos.

2.1- Constrangimentos Estruturais e Curriculares da Medida

2.2.1- Opinião dos Encarregados de Educação

Importa na tabela 10 aferir constrangimentos estruturais e curriculares da medida, com o intuito de apurar as áreas a melhorar.

Tabela 10- Perfil dos Encarregados de Educação: Posição face aos Constrangimentos Estruturais e Curriculares da Medida

Variáveis	Classe 1 (51%)	Classe 2 (26%)	Classe 3 (23%)
	Satisfeitos	Extremistas (Muito insatisfeitos e muito satisfeitos)	Comedidos (Nem satisfeitos, nem insatisfeitos)
Interesse dos alunos pelas AEC'S	Quase sempre e Por vezes	Sempre	Nunca
AEC'S – Cansativo e pouco lucrativo	_____	Não	Sim
A escola possui infra-estruturas, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à prática da medida	_____	Sim	Não ou não responde
A medida ETI propicia atividades que só mais tarde iriam beneficiar	_____	Concorda	Discorda ou sem opinião
ETI contribui para a melhoria dos resultados dos alunos	Concorda Parcialmente	Concorda totalmente	Discorda ou sem opinião
AEC'S complementam o currículo	Concorda Parcialmente	Concorda Totalmente	Discorda ou sem opinião
AEC'S promovem novas experiências	Concorda totalmente	Concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente ou sem opinião
ETI incita momentos de apoio aos TPC	Sem opinião	Concorda	Discorda
ETI contribui para o sucesso escolar	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Discorda ou sem opinião
Apoia a função parental dos pais, aquando o período laboral	Concorda parcialmente	Concorda totalmente	Discorda ou sem opinião

A primeira classe é constituída pelos encarregados de educação “*satisfeitos*”, os quais declaram que os seus educandos expressam interesse pelas atividades quase sempre ou por vezes; admitem que em parte as AEC complementam o currículo, contribuem para a melhoria dos resultados e sucesso escolar; e sentem-se parcialmente apoiados, durante o período laboral.

A segunda classe é disposta pelos “*extremistas*” que apresentam a convicção de que não existem constrangimentos estruturais, nem curriculares. Ainda assim, não apresentam total concordância relativamente à ideia de que a ETI promove atividades que só mais tarde os seus educandos iriam beneficiar e que as mesmas incitam momentos de apoio aos TPC.

A terceira classe representa os “*comedidos*”, nem satisfeitos, nem insatisfeitos. Segundo esta classe, os seus educandos não revelam interesse pelas atividades e a escola não possui infra-estruturas, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à implementação da medida, pelo que infere na opinião que as AEC podem tornar-se cansativas e denotam pouca qualidade de ensino. Por conseguinte, os encarregados de educação em questão, discordam ou não têm opinião formada sobre as finalidades/objetivos da medida.

2.2.2- Opinião dos Professores Entrevistados

A tabela 11 figura o parecer dos professores quanto aos constrangimentos estruturais e curriculares da medida ETI.

Tabela 11- Expressões dos Professores Entrevistados quanto aos Constrangimentos da Medida

Prof_A	<p>Os professores não têm espaço físico para permanecer tanto tempo na escola, nem materiais de recurso (computadores) para planificar. Gestão e Responsabilidade: “Coordenador de Estabelecimento.” Condições logísticas: “Não, principalmente os espaços físicos e materiais.” Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “A desvantagem de não terem conhecimento dos recursos necessários.” Enriqueceria o currículo, se houvesse mais materiais e melhores espaços físicos.</p>
Prof_B	<p>Gestão e Responsabilidade: Autarquias As escolas não têm os materiais necessários para corresponder às exigências do que se pretende com a ETI. Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “Vejo vantagens, se houver um protocolo entre as autarquias e as escolas, onde se definem critérios e objetivos a desenvolver, tendo sempre presente o êxito dos alunos, fazendo o balanço trimestral destas atividades, de forma a avaliar com a devida coerência.”</p>
Prof_C	<p>Dificuldade em conseguir conciliar os nossos horários, das aulas de apoio ao estudo com os das atividades de enriquecimento curricular (...) A escola deve estar mais envolvida na gestão, sobretudo ao nível de horários, pois tem maior conhecimento dos espaços, recursos e das turmas (...) Deve haver especial atenção na escolha dos profissionais para este tipo de trabalho, pois há professores que vêm dar aulas que não correspondem às suas áreas. Quanto aos espaços físicos, nas escolas mais pequenas é complicado dar aulas de educação física, sobretudo, nos dias em que chove. Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “É sempre benéfico a autarquia estar envolvida nas atividades de enriquecimento curricular, mas devem estar em constante articulação com o Agrupamento, uma vez que as autarquias não conhecem bem os espaços, funcionamento e as turmas.” (...)Deverá haver uma melhor articulação entre os ciclos e as AEC.</p>
Prof_D	<p>No rendimento dos alunos no apoio ao estudo (...), principalmente, porque temos furos com as AEC e quando iniciamos o apoio ao estudo é um trabalho inglório, pois queremos fazer qualquer coisa produtiva, mas eles já não estão ali (...) Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “O próprio Agrupamento deveria fazer a gestão de recursos humanos, até porque há profissionais das AEC que estão a dar aulas sem a componente pedagógica. Essa seleção está a ser mal feita pela Câmara ou pelas empresas promotoras das AEC. Se fosse alguém do Agrupamento a recrutar esse pessoal, talvez funcionasse melhor. Desvantagem, o recrutamento dos professores e a gestão de horários.” Os espaços são as salas de aulas, o que causa algum transtorno, uma vez que temos furos e ficamos sem espaço para trabalhar (...)Em relação aos materiais, mesmo assim vão trazendo uns livrinhos para os alunos (...)Os professores das AEC estão a recibos verdes e são mal remunerados (...) Não noto que sejam as atividades que enriqueçam o programa (...) professor das AEC (...)não tem noção do programa do 1.º ciclo, cada um faz a sua gestão, não há um programa com diretrizes a ser seguido em cada atividade. O que lecionam, nem sempre está de acordo com o programa do 1.º ciclo. Não há articulação com a maioria dos professores, logo não existe articulação com o programa.</p>
Prof_E	<p>(...)às vezes, não há materiais, então os professores vão para a sala de aula entreter os</p>

	<p>meninos. Como professor titular acresce mais 90 minutos e em horários, que muitas vezes, têm furos, como é que se dá apoio ao estudo com a turma inteira lá dentro e após aulas de educação física, em que chegam todos suados e excitados com os resultados dos jogos. Só vem dificultar em termos de trabalho e planificação (...) Quanto aos professores das AEC, por exemplo, a professora de Inglês estava a lecionar conteúdos que não se adequavam ao nível de ensino. Em termos materiais, acho que também não têm, pois os professores trabalham com o mínimo e, muitas vezes, o professor tem de comprar materiais com o dinheiro do seu bolso. Se falta alguém, chegam a ficar duas turmas juntas com um professor. Responsabilidade e gestão: “O coordenador de escola, pois é aquele que sabe melhor as necessidades que a escola tem.”</p> <p>Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “Há algumas desvantagens, pois não estão dentro da realidade, tomam algumas decisões e têm critérios de seleção dos recursos humanos que não se enquadram bem no terreno.”</p> <p>Julgo que os professores das AEC não são bem remunerados e que estão a recibos verdes. O facto, é que eles vêm para aqui em segundo recurso (...) se isto fosse levado a sério, tinham dado outras condições.</p> <p>Em termos teóricos enriquece, em termos práticos, pouco. Julgo que não há uma grande articulação. Acho que tem a ver com o professor que leciona, pois alguns nota-se que procuram articular as aulas com o programa e há outros que não investem neste projeto.</p>
Prof_F	<p>Atribuir a responsabilidade a pessoas que desconhecem a dinâmica da escola, não me parece viável. A Câmara em parceria, não sei se será a melhor solução. Penso que o diretor da escola deveria tomar pulso ou professores com horário zero, porque têm a vertente pedagógica e sabem dinamizar as aulas.</p> <p>Penso que deveria haver outros espaços, até porque quando chove não podem ter educação física, porque não há um espaço próprio e adequado. As escolas deveriam estar mais equipadas e ter ginásios e salas de aulas diversificadas em que os alunos pudessem circular consoante a atividade. Em relação aos recursos humanos, seria importante ter professores que saibam dinamizar a atividade e que tenham perfil para isso.</p> <p>Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “Vantagens só porque libertam a escola dessa responsabilidade. Desvantagens existem no tipo de pessoal que recrutam.”</p> <p>Sei pelos colegas que embora o ministério tenha ditado uma margem, alguns ganham muito menos que isso.</p>
Prof_G	<p>Se o apoio ao estudo fosse mesmo direcionado para as crianças que realmente precisam, isso seria benéfico (...) acaba por ser um prolongamento de uma aula. Em relação às outras atividades, é bom, mas eu acho que podiam fazer isso tudo fora do edifício da escola.</p> <p>Responsabilidade e gestão: “Deve existir um coordenador das AEC, mesmo que seja agregado a outras funções. A escola deveria ter um maior peso na gestão e na escolha dos professores das atividades.”</p> <p>(...) muitas vezes os alunos não têm espaço para fazer Educação Física, não há condições e equipamento para estas aulas serem implementadas. Se calhar haverá escolas em que há, mas nas escolas por onde passei, não estive em nenhuma que tivesse condições (...) Em relação aos recursos humanos já trabalhei com professores com qualificação e outros que não, inclusivamente, com professores de música que não tinham terminado o conservatório.</p> <p>Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “Seria vantajoso a escola ter uma palavra a dar sobre a escolha dos professores, afinal a escola é que acaba por saber qual é o perfil de professor que quer. As Câmaras, provavelmente, não têm noção ou em conta o ambiente de cada escola (...) os colegas das AEC, são muito mal pagos e não lhes dão condições de trabalho e é normal que muitas vezes não consigam corresponder às expetativas.”</p> <p>Em relação ao programa, Educação Física, sim, mas ao nível do Inglês não tenho a mesma ideia se está de acordo com o programa.</p>
Prof_H	<p>Neste momento e perante a realidade da minha turma, entro na sala de aula e é tudo menos uma sala de aula, as crianças estão saturadas e cansadas. O professor das AEC àquela hora não consegue arranjar estratégias, é um caos (...) pois os alunos não reconhecem outra autoridade.</p> <p>Responsabilidade e gestão: “Ao diretor do Agrupamento, pois pode gerir o horário dos professores, usando os próprios recursos (...) Vindas da Câmara, não. Se viessem do Agrupamento teria essas condições logísticas e materiais adequadas. O material é pouco, depois estraga-se, dispersa-se, é um material usado por vários e não é material que esteja dentro da sala.</p> <p>Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: “Só vejo desvantagens. Estamos a pagar a uns professores que até podem ser competentes, mas que não têm a parte pedagógica (...) A nível de supervisão/coordenação é muito mais fácil ter a diretora por perto para o fazer, do que as Câmaras.”</p>
Prof_I	<p>Responsabilidade e gestão: Acho que à direção da escola ou qualquer outra entidade, desde que resulte e que as crianças estejam bem (...) acho que a escola deveria em primeiro lugar ser responsável, mesmo que não totalmente, pela questão dos horários ou da colocação de professores.</p> <p>Nesta escola, sim. Noutras em que já trabalhei, não. Estão muito longe de ter o material e, muitas vezes, os recursos humanos.</p> <p>Entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular: . Depende muito de</p>

quem está à frente do projeto, de como o encaram e se o levam a sério (...)
Neste momento as nossas condições são um pouco precárias, porque **nós assinamos um contrato que a qualquer momento pode ser dissolvido, bastam 15 dias de antecedência da parte da entidade empregadora sem qualquer justificação e a qualquer momento a pessoa pode ser dispensada. De qualquer maneira este contrato acaba sempre no final do ano letivo, não nos dá a certeza do que vai acontecer no ano seguinte.** Se calhar para os professores puderem dar aulas tão entusiasmantes e tão engraçadas quanto se pretende, para cativar a atenção dos alunos e não estar a obrigar os alunos a debitar matéria, precisaríamos de ser um bocadinho mais bem remunerados ou, pelo menos, ter materiais à disposição, em que não precisássemos de investir do nosso bolso muito em coisas simples como ter acesso a cartolinas, plasticina e coisas assim (...)

Prof_J

As AEC ainda são muito vistas/encaradas pelos alunos e pais como um ATL/ Atividades de Tempos Livres e, às vezes, **é complicado levarem-nos a sério como professor** de uma disciplina. Os alunos têm noção que eu posso fazer uma avaliação, mas que nunca vai contar para a avaliação formal deles, pelo que nem sempre respeitam-nos.
Responsabilidade e gestão: **“Acho que se fosse a escola era melhor em termos dos programas que temos de dar, estaria mais de acordo com a vontade da escola.** Pessoalmente trabalho para uma empresa em que nós recebemos os programas no início do ano, assim uma coisa por email, muito impessoal, nós fazemos as planificações a partir daí e eles dizem que sim ou não, e fica por aí. Se fosse a escola, teriam mais contacto com o professor.
Eu comecei a trabalhar o ano passado e assinei o contrato só este ano. **Pagam a tempo e horas, mas em termos de contrato, não há tanta segurança.**

Os professores indicam que as escolas não possuem infra-estruturas, equipamentos e recursos necessários à eficácia/eficiência da implementação da medida. Sentem dificuldade na gestão de horários, tempo para trabalho individual (preparação de aulas/planificação) e na dinâmica das aulas de apoio ao estudo com turmas integrais e com furos no horário, pelo que mencionam que os alunos manifestam cansaço e pouca capacidade de concentração.

Os professores titulares de turma apontam que há professores das AEC que não têm qualificação especializada na área, pelo que confere ausência da componente pedagógica e fraca articulação com o programa curricular do 1.º Ciclo. Ainda é aludido que os professores das AEC apresentam uma situação profissional precária e instável, com contratos que podem terminar a qualquer altura, sem qualquer justificação e são, em alguns casos, remunerados abaixo do que está estipulado pelo Ministério de Educação, o que pode condicionar um menor desempenho por parte dos mesmos.

Segundo a maioria, as autarquias desconhecem a realidade das escolas, tomam decisões e têm critérios de seleção dos recursos humanos que não se enquadram no terreno. Conforme, os professores defendem que o Agrupamento devia ser a entidade promotora das AEC ou estar mais implicado no poder de decisão ao nível da gestão de espaços e de recursos materiais e humanos. De acordo com a opinião dos entrevistados, os constrangimentos acima referidos comprometem a finalidade de enriquecer o currículo, a melhoria dos resultados e o sucesso escolar.

2.2- Qualidade do Tempo de Permanência dos Alunos na Escola

A tabela 12 e 13 caracterizam o parecer dos encarregados de educação e dos professores face à qualidade de tempo de permanência dos alunos na escola, à insígnia das atividades de enriquecimento curricular, numa perspetiva de melhoria/sucesso escolar.

2.3.1- Opinião dos Encarregados de Educação

Tabela 12- Perfil dos Encarregados de Educação face à Opinião sobre a Qualidade do Tempo Escolar

Variáveis	Classe 1 (50%) Concordantes	Classe 2 (40%) Ambíguos	Classe 3 (10%) Sem Opinião
Interesse dos alunos pelas AEC`S	Sempre	Quase sempre e por vezes	Nunca ou não responde
Média de horas passadas na escola	8 horas	Não responde	5 a 7 horas
AEC`S – Cansativo e pouco lucrativo	Não	Sim	Não responde
Grau de importância das Atividades de Enriquecimento Curricular	Muito Importante	Importante	Pouco Importante
A medida ETI propicia atividades que só mais tarde iriam beneficiar	Discorda ou concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente	Sem opinião
ETI contribui para a melhoria dos resultados dos alunos	Concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente	Sem opinião
AEC`S complementam o currículo	Concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente	Sem opinião
AEC`S promovem novas experiências	Concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente	Sem opinião
ETI incita momentos de apoio aos TPC	Concorda	Discorda	Sem opinião
ETI contribui para o sucesso escolar	Concorda	Discorda	Sem opinião
Apoia a função parental dos pais, aquando o período laboral	Concorda totalmente	Discorda ou concorda parcialmente	Sem opinião

A primeira classe (concordantes) revela que os seus educandos passam tempo de qualidade na escola (8 horas diárias), uma vez que consideram as Atividades de Enriquecimento Curricular muito importantes e os seus educandos demonstram sempre interesse em frequentá-las e não revelam cansaço ou apresentam sinais de pouca produtividade. Declaram que as atividades proporcionam novas experiências que complementam o currículo e que contribuem para a melhoria dos resultados. Por conseguinte, sentem-se apoiados na sua função parental, aquando o período laboral.

A segunda classe (ambíguos) é constituída por encarregados de educação que reconhecem que as Atividades de Enriquecimento Curricular são importantes, embora considerem que sejam cansativas e pouco lucrativas. Referem, igualmente, que os seus educandos manifestam quase sempre ou por vezes interesse em frequentá-las. Ainda

assim, parte desta classe afirma que as AEC propiciam novas experiências que complementam o currículo, que só mais tarde iriam beneficiar e que contribuem para a melhoria dos resultados.

A terceira classe (sem opinião) constitui uma minoria dos encarregados de educação que não tem opinião formada sobre a Escola a Tempo Inteiro e que atribui pouca importância às AEC, revelando, em alguns casos, que os seus educandos nunca exprimem interesse em frequentá-las.

Em síntese, maioritariamente, os Encarregados de Educação consideram que as AEC elevam a qualidade do tempo escolar, uma vez que asseguram, a tempo inteiro, atividades complementares do currículo que promovem a melhoria dos resultados.

2.3.2- Opinião dos Professores Entrevistados

Tabela 13- Expressões dos Professores Entrevistados quanto à Qualidade do Tempo Escolar

Prof_B	As áreas curriculares disciplinares deveriam funcionar apenas no turno da manhã e as AEC no período da tarde, uma vez que os alunos estão mais cansados e não há rigor de concentração que se exige no turno da manhã.
Prof_C	(...) é muito complicado dar apoio ao estudo após uma aula de Educação Física, sendo que as crianças estão mais desatentas e quebra o ritmo normal da turma (...) os ideais previstos, penso que não, pois o objetivo principal seria que as crianças aprendessem, que levassem alguma coisa daquele tempo a mais que estão na escola, e não apenas ocupá-los.
Prof_D	(...) o apoio ao estudo não devia ser encarado como as AEC, para entreter meninos, mas sim dirigido apenas a meninos que precisam.
Prof_E	O que acontece é que na prática, os alunos já estão saturados (...)
Prof_F	Os alunos estão saturados da escola, têm aulas das AEC no mesmo espaço até às 17h30m. Os pais conotam como entreter os meninos, não levam com séria responsabilidade, pelo que há muitos casos de problemas comportamentais.
Prof_G	Eu acho que os miúdos passam demasiado tempo na escola e têm muito pouco tempo para fazer outras atividades que não sejam as letivas (...)
Prof_H	(...) as crianças estão saturadas e cansadas (...)
Prof_I	(...) acho que as crianças com estas idades é um bocadinho difícil em relação ao excesso de carga horária.
Prof_J	De certa forma acaba por sobrecarregar os alunos, mas acaba por ser bom, porque eles aprendem mais coisas diferentes e pode despertar o interesse para outras áreas.

Segundo as representações das professoras, a permanência dos alunos na escola por um período mais longo não institui qualidade, pelo que mencionam que existe excesso de carga horária, que os alunos passam demasiado tempo na escola e dispõem de pouco para outras atividades que não as letivas; manifestam fraca concentração e saturação/cansaço nas atividades do período da tarde, originando, por vezes, problemas comportamentais. Ainda referem que o apoio ao estudo deveria ser dirigido apenas a alunos que têm dificuldades de aprendizagem.

Confere-se que subsistem percepções opostas entre os intervenientes (atores/professores) da ação e os destinatários da medida (encarregados de educação),

sendo que os primeiros acreditam que a ETI não constitui qualidade de tempo escolar e os segundos o contrário.

2.3- Integração do Inglês no Programa Curricular do 1.º Ciclo/ Áreas Valorizadas

As tabelas 14 e 15 mostram a opinião dos Encarregado de Educação e dos professores referente às áreas mais valorizadas e à integração do Inglês no programa curricular do 1.º Ciclo.

2.4.1- Opinião dos Encarregados de Educação

Tabela 14- Perfil e Opinião dos Encarregados de Educação quanto às Áreas Valorizadas

Variáveis	Classe 1 (76%) Concordantes	Classe 2 (24%) Dissonantes
Integração do Inglês no currículo do 1.º Ciclo	Sim	Não
Grau de importância das Atividades de Enriquecimento Curricular: Formação Cívica	Muito Importante	Importante ou pouco importante
Apoio ao Estudo	Muito Importante	Importante ou pouco importante
Informática	Muito Importante	Importante ou pouco importante
Informática	Muito Importante	Importante ou pouco importante
Inglês	Muito Importante	Importante ou pouco importante
Biblioteca	Muito Importante ou importante	Pouco importante
Expressão Plástica	Muito Importante ou importante	Pouco importante
Expressão Musical	Muito Importante ou importante	Pouco importante
Educação Física	Muito Importante	Importante ou pouco importante
A medida ETI propicia atividades que só mais tarde iriam beneficiar	Concorda	Discorda ou sem opinião
ETI contribui para a melhoria dos resultados dos alunos	Concorda	Discorda ou sem opinião
AEC'S complementam o currículo	Concorda	Discorda ou sem opinião
ETI contribui para o sucesso escolar	Concorda	Discorda ou sem opinião

Maioritariamente, a primeira classe (concordantes) qualifica de muito importantes as atividades de Formação Cívica, Apoio ao Estudo, Informática, Inglês e Educação Física, sendo que complementam o currículo e contribuem para o sucesso escolar. Deste modo, consideram que o Inglês deveria ser integrado no programa do 1.º Ciclo.

A segunda classe (dissonantes) é da opinião que o Inglês não deve ser integrado no currículo, embora considerem, igualmente, importantes as atividades mencionadas pela primeira classe. Não têm opinião formada ou discordam que as atividades possam complementar o currículo, melhorar os resultados ou promover o êxito escolar.

2.4.2- Opinião dos Professores Entrevistados

Tabela 15- Expressões dos Professores Entrevistados quanto às Áreas Valorizadas

Prof_A	Expressão Dramática, Expressão Plástica, Inglês e Actividade Física.
Prof_B	Para mim, todas são imprescindíveis no processo de ensino/aprendizagem.
Prof_C	Não há articulação curricular, é um pouco desfasado do que vão fazer no 5.º ano, nota-se mais ao nível do Inglês. Quando chegam ao 5.º ano, já deram o programa e sentem-se desmotivados (...) Tudo o que sejam atividades físicas(...) Após o tempo letivo, as crianças deviam ter atividades físicas para relaxar, tais como natação, ioga e outras.
Prof_D	O Inglês é fundamental, se for bem lecionado e com um programa específico, em que no final de cada ano letivo tem de estar cumprido. Devia haver informática (TIC), pois o professor de turma não pode ter tudo nas costas, se há AEC dever-se-ia aproveitar ao máximo, existindo um professor das TIC que trabalhasse com o Magalhães, utilizando as ferramentas básicas. E Educação Física. Para mim, são as três principais.
Prof_E	Tudo o que são atividades de expressão. Também acho que Educação Física, expressão musical e Inglês são uma mais-valia.
Prof_F	Na continuidade do ensino, os alunos já terão alguma bagagem no que diz respeito ao Inglês e à música, pois são disciplinas que terão no 2.º Ciclo, assim já não vão completamente sem essas bases. Atividades mais direcionadas para o lazer, tais como as expressões, a natação, atividades desportivas várias, a dança, clubes e outras em que as crianças voluntariamente poderiam inscrever-se.
Prof_G	Apoio ao Estudo se fosse só com meninos com dificuldades. Acho que o Inglês é mesmo importante, embora me pareça que repetem tudo no 5.º ano, não me parece que exista continuidade. Expressão Dramática, na vertente do relaxamento.
Prof_H	Se forem bem dadas, todas: informática, expressões, sobretudo, expressão dramática.
Prof_I	Sou sincera, não conheço o programa do 5.º e 6.º ano, mas pelo que tenho ouvido, no 5.º ano já se considera garantido que as crianças levam determinados conhecimentos e como também se sabe, estas atividades não são obrigatórias, há crianças que têm e outras que não. Deveria realmente haver uma melhor articulação nas reuniões com os professores. Tão depressa chegamos a uma turma de 5.º ano com uma criança que nunca teve contacto com o Inglês na vida, como numa mesma turma temos uma criança que tem acesso ao Inglês. Como é que uma professora com estes dois alunos consegue dar uma aula, de forma a mantê-los motivados, estimular o que já sabe tudo e o que nada sabe e se sente inferiorizado pelos outros? (...) Acho Educação Física, a Música e o Inglês. Se calhar se começassem o Inglês só a partir dos 3.º e 4.º anos não fazia mal, pois hoje em dia os miúdos apanham tudo muito facilmente.
Prof_J	Acho que as que existem são todas relevantes, mas a mais relevante de todas, é capaz de ser a de Educação Física, importa muito porque a Música e o Inglês surgem depois no 5.º ano, mais ou menos ao nível que estão a dar aqui.

Conforme o Despacho circunscrito, o apoio financeiro concede mais vantagens em detrimento de outras atividades que não as do ensino do Inglês, da música e da atividade física e desportiva, porém os professores valorizam atividades mais direcionadas para a vertente do relaxamento, tais como expressão dramática, atividades desportivas várias e as TIC. Ainda referem que o carácter facultativo constitui constrangimentos respeitantes à continuidade curricular, particularmente, no ensino do Inglês, sendo desmotivante para os alunos a repetição do programa. Todavia, em alguns casos, é expressado que as atividades

são relevantes para o processo de ensino/aprendizagem e que os alunos adquirem bases fundamentais aquando a mudança de Ciclo.

Tabela 16- Sugestões Dadas pelos Professores Entrevistados

Prof_A	A própria escola ter ATL com envolvimento dos próprios E.E (...) Os professores deviam ser recrutados com base no parecer da escola , face ao seu trabalho desenvolvido, e não pelas autarquias.
Prof_B	A atividade Educação Musical deveria, talvez, ter uma vertente mais abrangente, ou seja, complementar-se com as expressões plásticas, “quicá” intitular-se “ expressões rítmicas e plásticas ”.Tendo em conta o balanço das aprendizagens, dever-se-ia auscultar os Encarregados de Educação, os alunos e os professores titulares de turma no que diz respeito à contratação dos professores das AEC.
Prof_C	Penso que as atividades devem ser lúdicas, porque as crianças estão mais cansadas a partir das 15h30, requerem outro tipo de atividades que não sejam dentro do mesmo espaço e que sejam mais físicas.
Prof_D	Dar apoio ao estudo apenas a alunos que têm realmente dificuldades e não à turma toda. Gestão de horários, seleção mais rigorosa dos recursos humanos, definição de competências a atingir em cada atividade e orientações curriculares para os professores das AEC , ou seja, tornar uma coisa mais séria do que tem sido até agora.
Prof_E	Dar mais condições aos professores das AEC, evitar o trabalho precário, realizar contratos e facultar mais materiais, por forma a que os alunos encarem as atividades de forma mais séria.
Prof_F	Integrar o Inglês no horário de tempo formal; atividades mais lúdicas e a gestão feita pelo Agrupamento.
Prof_G	Apoio ao estudo só para meninos com dificuldade; As outras áreas, acho que deveriam ser trabalhadas fora do edifício escolar; Atividades mais diversificadas em parceria com outras entidades (por exemplo, natação, judo, Karaté...)
Prof_H	Deviam haver mais atividades diversificadas, podia ser informática e outras que os pais pudessem escolher, as turmas seriam mais pequenas e em cada dia tinham uma atividade diferente (por exemplo, na segunda tinham educação física, terça expressão dramática...” (...)com um período mais prolongado, pois 45 minutos é muito pouco para turmas desta faixa etária. Disponibilizar mais espaços (uma sala de informática, uma de música, de expressão plástica...)(...)O ideal seria que a própria escola recorresse aos professores que tem, preenchesse o horário dos professores do 2.º ciclo, mas de forma a que as atividades continuassem no período da tarde.
Prof_I	Talvez atividades como havia no tempo dos nossos pais, aprender a cuidar de uma casa, as barracas de gestão de dinheiro, atividades práticas relacionadas com o nosso dia a dia.

Segundo as representações dos professores, estes sugerem: gestão de horário mais eficaz; seleção mais rigorosa dos recursos humanos e auscultação dos Encarregados de Educação, dos alunos e dos professores titulares de turma no que diz respeito à contratação dos professores das AEC ou a rentabilização dos recursos humanos da escola; melhores condições contratuais; definição de competências a atingir em cada atividade e orientações curriculares; mais tempo de qualidade e disponibilização de espaços para a realização de atividades; integração do Inglês no tempo letivo formal e promoção de atividades mais lúdicas e diversificadas em parceria com outras entidades (por exemplo, natação, judo, Karaté...) ou outras que os pais possam escolher; e apoio ao estudo, apenas para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Conclusões

As inovações instituídas afiguram limitações no que diz respeito às situações circunscritas no processo de uma alteração do sistema e na ótica de estratégia geral de mudança. Os resultados da OCDE revelam um forte impacto na conceção das políticas, mais perceptível na organização educativa, nomeadamente, nas aprendizagens, nos output das organizações, acesso à educação e progressão.

A conceção de que as mudanças ocorridas no processo das políticas curriculares abrangidas pela introdução das novas tecnologias, do reforço da segunda língua estrangeira e das competências transversais ao currículo, denotam valor acrescentado demarcado pela inovação na Educação. Contudo, as estratégias predominantes na aplicação de uma política educativa, revela-se ineficaz quanto à transição da formalização para a realização instituinte de inovações nas escolas, nomeadamente, na sua transição para o terreno (organizações educativas/escolas).

A evidência das ações dos intervenientes da medida política educativa ETI e o retorno dos destinatários, contribuíram para este trabalho de investigação, para a análise da viabilidade da atuação sob as finalidades políticas. Segundo as perceções dos atores envolvidos (professores) e as representações dos destinatários (Encarregados de Educação), a ETI responde positivamente à finalidade de prestar um serviço que apoia as famílias portuguesas, proporcionando um conjunto de experiências educativas a tempo inteiro, a alunos que provêm de meios sociais desfavorecidos, sendo notoriamente manifestado pelos destinatários (Encarregados de Educação), satisfação face à oferta educativa. Conquanto, as representações dos professores que se encontram no terreno e dos destinatários da medida, diferem quanto à finalidade remetida para a melhoria dos resultados e o sucesso escolar.

Sequencialmente, os professores declaram que algumas escolas não possuem infra-estruturas, equipamentos e recursos necessários à eficácia/eficiência da implementação da medida. Conforme afirmado, as autarquias desconhecem a realidade das escolas, tomam decisões e têm critérios de atuação e seleção respeitantes aos recursos humanos que não se enquadram no terreno. Depreende-se que a responsabilização e gestão atribuída às autarquias, constitui exógena às necessidades reais de cada escola/agrupamento, sendo os recursos materiais e humanos, em alguns casos, manifestamente insuficientes e desqualificantes. Transmitem ainda que há professores das AEC que não têm qualificação especializada na área, refletida na diminuta articulação com o Programa Curricular do 1.º Ciclo e na ausência da componente pedagógica. Os professores das AEC sustentam uma

situação profissional precária e instável e, em alguns casos, são remunerados abaixo do que está determinado pelo Ministério de Educação, o que pode condicionar um menor desempenho por parte dos mesmos. Efetivamente, os atores retêm e reinterpretam as diretrizes da administração, distanciando-se, por vezes, de algumas finalidades previamente definidas pela Ministério da Educação. Mediante isto, subentende-se que o Agrupamento de Escolas deveria estar mais implicado no poder de decisão ao nível da gestão de espaços e de recursos materiais e humanos.

Parece ainda irresoluto no que figura o carácter facultativo e a melhoria de resultados escolares para uma qualidade de ensino mais eficaz, pelo que os atores que subministram no terreno, defendem que o prolongamento do tempo escolar do aluno, diminui a possibilidade de tempos livres e representa um obstáculo à capacidade de concentração, condicionando a qualidade do tempo escolar. A este propósito, subsiste ainda um desfazamento na organização pedagógica e gestão curricular, uma vez que não existe continuidade curricular, sendo desmotivante para os alunos a repetição do programa. Por conseguinte, indicam que o Inglês deveria ser integrado no programa curricular do 1.º Ciclo. Apesar dos constrangimentos assinalados, expressam que, ainda assim, as atividades podem constituir uma mais-valia para o processo de ensino/aprendizagem, em benefício da aquisição de bases/ pré-requisitos essenciais para a transição de Ciclo.

O relatório pedagógico (CAP, 2009/2010) referente ao programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, destaca e reforça algumas inferências relativas às conclusões deste trabalho de investigação:

- ✓ O significativo número de alunos (89,3%) que frequentam estas atividades confirma a pertinência da sua oferta;
- ✓ O espaço utilizado para as actividades, apesar do esforço dos diferentes intervenientes, ainda não se encontra num nível satisfatório e a sua adequação às diferentes atividades deve ser melhorada, nomeadamente na atividade física e desportiva e no ensino da música;
- ✓ A qualidade e quantidade dos materiais disponíveis para as atividades ainda não estão garantidas em todos os casos;
- ✓ A verificação das habilitações dos técnicos a contratar e a elaboração de horários recomendam a clarificação de atribuições e procedimentos da articulação entre municípios e agrupamentos;
- ✓ No que respeita às habilitações profissionais ou especializadas é de destacar que, no Ensino da Música, a habilitação mais referida é o currículo relevante. Apesar de

se verificar um aumento dos técnicos com curso profissional e com complemento de formação em Educação Musical;

- ✓ A obrigatoriedade de oferta do inglês a todos os anos de escolaridade é comprometida pela manifesta dificuldade de recrutamento de técnicos de inglês com o perfil definido;
- ✓ Subsistem dificuldades no recrutamento e fidelização dos técnicos, nomeadamente devido a questões relacionadas com os normativos legais existentes;
- ✓ Nos casos em que a seleção dos técnicos foi efetuada em parceria com os Órgãos de Gestão constatou-se que os técnicos afetos a esta função eram detentores de perfil adequado e que a continuidade dos mesmos era fator de sucesso;
- ✓ A utilização de programas pré-concebidos pela entidade promotora pode significar uma maior dificuldade na adequação às Orientações Programáticas, ao Currículo Nacional do Ensino Básico e aos Projetos Educativos de Escola;
- ✓ A articulação vertical continua a ser uma das grandes fragilidades do programa não tendo os observadores reconhecido mudanças significativas neste domínio;
- ✓ Destacam-se como áreas a melhorar a adequação da planificação no Inglês 1º e 2º anos e do ensino da música;
- ✓ O incentivo à utilização das TIC no 1º ciclo (programa e.escolinha) não se traduziu num aumento significativo no recurso às tecnologias de informação e comunicação;
- ✓ É ao nível da cultura de escola que, apesar das melhorias registadas, se manifestam ainda fragilidades na implementação do projeto.

Ingram and Mann (apud, Birkland, 2001) corroboram o pressuposto de que os problemas inerentes à implementação de políticas podem contribuir para o fracasso das mesmas, uma vez que os governos veiculam decisões sobre situações-problemas e formulam políticas, delegando parte da sua responsabilidade no processo de implementação. Por conseguinte, os diversos intervenientes nem sempre encontram no terreno as condições propícias para a execução da medida. Assim, vigora neste estudo, a desvalorização do contexto da reforma, das condições necessárias à eficiência da sua ação/implementação e a desconsideração pela opinião dos clientes e dos atores envolvidos.

De acordo com Birkland (2001), efetivamente *«as políticas são tão bem mais projetadas quanto possível, dadas as restrições usuais de conhecimentos e recursos, que parecem falhar devido a circunstâncias imprevistas»*. Ainda assim, Birkland (2001) defende que os decisores políticos e outros intervenientes na gestão de programas públicos aprendem com o fracasso da suposta política, uma vez que o desenvolvimento de políticas constitui um processo contínuo, com muitas oportunidades de melhoramento e aperfeiçoamento.

Conforme, recomenda-se a redefinição de competências e orientações curriculares, assegurando o cumprimento do Currículo Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico; flexibilizar horários, por forma a ministrar tempo de qualidade na componente curricular; incitar atividades diversificadas de carácter lúdico em parceria com outras entidades (clubes, natação, judo, Karaté...) ou outras que os pais possam escolher, promovendo a sua frequência; garantir aulas de apoio ao estudo destinadas apenas a alunos com dificuldades de aprendizagem; disponibilizar espaços e recursos adequados à implementação das atividades; explorar e instituir exemplos de boas práticas.

Referindo, novamente, Cardim (2009), para o sucesso da execução de uma medida de política pública sustentam vários fatores, sendo que neste caso importa refletir sobre a coordenação dos processos de territorialização da política, uma vez que firmam no processo de implementação de políticas conexas ao local, ao agenciamento e à interação entre os diversos atores; a divulgação pública e a acessibilidade aos programas, às suas finalidades, destinatários e aos seus resultados; monitorização e validação dos sistemas, fomentada na depuração de áreas a melhorar, na coordenação e cooperação, em prol da eficácia; a convergência das atuações e imediação do destinatário final, por forma a assegurar intervenções territorializadas ajustadas às necessidades.

Recomenda-se assim, o aumento de trabalhos de investigação, apoiados na propedêutica sobre as diversas políticas nas áreas da educação, a concretização de uma avaliação e monitorização mais rigorosa, dirigida a todos os intervenientes envolvidos, e assente na realidade específica de cada instituição, com vista a acompanhar o processo de implementação, apurar áreas a melhorar e conceder possíveis reajustamentos, assegurando a sustentabilidade e a eficácia/ eficiência do programa ETI.

Bibliografia

- Benavente, A. (Setembro-Dezembro de 2001). Portugal, 1995/2001: reflexões sobre a democratização e qualidade na educação básica. *Revista Iberoamericana de Educação*.
- Bertrand, Y., & Valois, P. (1994). *Paradigmas educacionais- Escola e Sociedades*. Lisboa: Piaget.
- Bilhim, J. A. (<http://www.cooperativadedesign.com/apca/JoaoBilhim-FuncoesdoEstado.pdf> de Dezembro de 2008). *Novas Funções do Estado*. Lisboa: <http://www.cooperativadedesign.com/apca/JoaoBilhim-FuncoesdoEstado.pdf>.
- Birkland, T. A. (2001). *An Introduction To The Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. NY: M.E. Sharpe.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: ma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto.
- CAP, C. d. (2009/2010). *Actividades de Enriquecimento Curricular*. Lisboa: Ministério da Educação.
- CAP, C. d. (2009/2010). *Atividades de Enriquecimento Curricular- Relatório Pedagógico*. Lisboa: Ministério de Educação.
- Cardim, M. E. (2009). Factores chave no processo de implementação de políticas públicas em Portugal. *XV Congresso Internacional de CLAD sobre a reforma da Administração Pública*. Salvador da Bahia.
- Carvalho, A., & Diogo, F. (2001). *Projecto Educativo*. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, E. R. (2008). *Reforma Administrativa sob o Mote do New Public Management: os casos de Portugal, Espanha e Irlanda*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Correia, E. (1994). *Inovação Educacional. Um Percurso. Duas Dinâmicas*. Porto: Areal.
- Cosme, A., & Trindade, R. (2007). *Escola a Tempo Inteiro- Escola para que te quero?* Porto: Profedições.
- Educação, M. d. (1997). *Projecto de Reflexão Participada sobre o Currículo do Ensino Básico*. Lisboa: DEB.
- Ferreira, H. C. (2008). *Metodologia da Investigação- Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fonseca, J. R. (2009). Customer Satisfaction Study Via Latent Segment Model. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 352-359.
- Fonseca, J. R. (2008). Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de uma Metodologia de Investigação. *VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Soiais e Humanas.
- Galpin, T. J. (2000). *O lado humano da mudança. Um guia prático para a mudança organizacional*. Lisboa: Sílabo.
- J.M. Carvalho Ferreira, J. M. (1998). *Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: Mcgraw-Hill.
- Lessard-Hébert, Boutin, & Goyette. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ministério, E. (1998). *Unidade de Educação Básica em Análise*. Lisboa: DEB.
- Mozzicafreddo, J., & Gomes, J. (2001). *Administração e Política: Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*. Oeiras: Celta Editora.
- OECD. (2006). *Education at a Glance*. www.oecd.org/dataoecd/44/35/37376068.pdf.
- Pacheco, J. (2002). *A Reforma e a Inovação no Contexto da (Re)Construção das Políticas Curriculares*. In *O particular e o global no virar do Milénio. Cruzar saberes em Educação*. Colibri.
- Pires, C. (Out/Dez de 2007). A Construção de Sentidos em Política Educativa: o caso da Escola a Tempo Inteiro. *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, pp. 77-86.
- Quivy, & Campenhoudt. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Paris: Gradiva.

- Rocha, J. O. (2010). *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Santos, Á. d., Bessa, A. R., Pereira, D. S., & João Paulo Mineiro, L. L. (2009). *Escolas de Futuro- 130 Boas Práticas de Escolas Portuguesas*. Lisboa: Porto Editora.
- Serra, F. (2011). As Escolas do Ensino Básico entre o Imperativo da Qualidade e as dinâmicas (des) qualificantes. *Plano_Actividades_2011* . Lisboa: http://www.drec.min-edu.pt/repositorio/Plano_Actividades_2011.pdf.
- Serra, F. H. (22 de Outubro de 2011). Conferência: "Inovação e Gestão em Educação- As Atividades de Enriquecimento Curricular". Almada, Setúbal.
- Souza, C. (Jul/Dez de 2006). Política Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* , pp. 20-45.
- Whitaker, P. (1999). *Gerir a Mudança nas Escolas*. Porto: Asa.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: planeamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3.ª Edi.ISBN*. Porto Alegre: Bookman.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro
- Despacho n.º 14 753/2005 (2.ª série), 5 de julho
- Despacho n.º 16 795/2005, 3 de agosto
- Despacho n.º 12 591/2006 (2.a série), 16 de junho
- Despacho n.º 14 460/2008, 18 de janeiro

Anexos



Excelentíssima Senhora Diretora do
Agrupamento de Escolas de Miraflores,
Professora Maria de Fátima Rodrigues

Andrêa Filipa da Silva Costa, professora contratada do pessoal docente no agrupamento que V. Ex.a. preside, no âmbito da tese do mestrado em Administração Pública, que irá desenvolver-se no quadro do *Grupo de Estudos Sociológicos* (linha de investigação *Educação e Cidadania*) do Centro de Administração e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, coordenado pelo Professor Doutor Fernando Humberto Serra, vem por este meio solicitar autorização para a aplicação de inquéritos por questionário aos Encarregados de Educação e entrevistas a professores titulares de turma e das Atividades de Enriquecimento Curricular, sobre “ A medida de uma política pública: **Escola a Tempo Inteiro** [ETI]”.

Pretende-se conhecer as perceções dos professores e Encarregados de Educação face ao grau de cumprimento das finalidades da medida, identificar constrangimentos subjacentes ao funcionamento estrutural e curricular, verificar as áreas curriculares mais valorizadas e aferir o grau de satisfação dos Encarregados de Educação relativamente à oferta educativa do projecto Escola a Tempo Inteiro.

Solicita-se, por conseguinte, o parecer de V. Exc.a. para a concretização deste estudo, assim como a colaboração que entender adequada para o processo de recolha e análise de dados no Agrupamento que dirige.

Subscrevo-me atenciosamente,
Lisboa, 24 de Maio de 2011

Andrêa Filipa da Silva Costa (mestranda)

Professor Doutor Fernando Humberto Serra (coordenador científico e orientador)
(tomei conhecimento)

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tema: Avaliação da eficácia/eficácia da medida política pública Escola a Tempo Inteiro

Objectivo Geral: Percepções dos professores relativamente ao processo de implementação de uma medida política pública *Escola a Tempo Inteiro*

Destinatários: Professores das AEC e professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Miraflares

Objectivos Específicos	Assunto a estudar
Dados/ Caracterização	Quais as suas habilitações académicas? Há quanto tempo leciona? Qual a sua situação profissional? Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?
Percepção/Imagem da ETI	De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI? Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar? Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?
Opinião sobre a responsabilidade e gestão das AEC	Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida? Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC'S? Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI? Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (autarquias locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular? Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?
Opinião sobre a eficácia/eficiência e impacto da ETI	Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê? Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos? Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico? Quais as actividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?
Sugestões	

GRELHA DE ENTREVISTAS AOS DOCENTES

Questões	Entrevistado 1
Quais as suas habilitações académicas?	Bacharelato
Há quanto tempo leciona?	Há 32 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do Quadro de Agrupamento.
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Diretora de escola e de colégio, coordenadora de estabelecimento e professora titular de turma.
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Foi difícil, uma vez que tinha menos tempo para planificar e preparar as aulas e materiais, pois passava muito tempo na escola.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	É só mais tempo para os meninos e bom para os pais com menos recurso relativamente aos ATL`S.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Nenhum, a não ser permanecer mais tempo no mesmo espaço físico.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	Os professores não têm espaço físico para permanecer tanto tempo na escola, nem materiais de recurso (computadores) para planificar na escola.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Coordenador de Estabelecimento.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Não, principalmente os espaços físicos e materiais.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	A desvantagem de não terem conhecimento dos recursos necessários.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades	Os professores deviam ser requisitados com base no parecer da escola, face ao seu trabalho desenvolvido, e não pelas autarquias.

curriculares?	
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Como está, não. O horário das AEC'S deve ser incluído no tempo letivo normal.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Enriqueceria, se houvesse mais materiais e melhores espaços físicos.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Sim, mas podia melhorar se fossem integradas no horário do professor titular de turma.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Expressão Dramática, Expressão Plástica, Inglês e Actividade Física.
Sugestões	A própria escola ter ATL com envolvimento dos próprios E.E.

Questões	Entrevistado 2
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura
Há quanto tempo leciona?	Há 29 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do Quadro de Agrupamento.
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Diretora de estabelecimento, coordenadora de ano e professora titular de turma.
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Há sensivelmente 10 anos.

Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	A ETI define-se como uma escola que dispõe de uma carga horária desde as 9 horas às 17h30. Objectivos: disponibilidade/oferta no sentido de preencher e envolver os alunos nas mais diversas actividades.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Proporcionar um grande apoio às famílias mais carenciadas.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	As áreas curriculares disciplinares deveriam funcionar apenas no turno da manhã e as AEC`S no período da tarde, uma vez que os alunos estão mais cansados e não há rigor de concentração que se exige no turno da manhã.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Autarquias
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	As escolas não têm os materiais necessários para corresponder às exigências do que se pretende com a ETI.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Vejo vantagens, se houver um protocolo entre as autarquias e as escolas, onde se definem critérios e objectivos a desenvolver, tendo sempre presente o êxito dos alunos, fazendo o balanço trimestral destas atividades, de forma a avaliar com a devida coerência.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Tendo em conta o balanço das aprendizagens, dever-se-ia auscultar os Encarregados de Educação, os alunos e os professores titulares de turma no que diz respeito à contratação dos professores das AEC`S.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Em parte atinge, uma vez que dá resposta às crianças que não têm possibilidade de frequentar os ATL.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Na minha opinião enriquece o programa curricular. No entanto, o sucesso dos alunos seria mais rentável se as AEC funcionassem apenas na parte da tarde.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Só tem sentido se existir essa articulação e creio que é nessa base que esta iniciativa teve o seu arranque.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Para mim, todas são imprescindíveis no processo de ensino/aprendizagem.
Sugestões	A atividade Educação Musical deveria, talvez, ter uma vertente mais abrangente, ou seja, complementar-se com as expressões plásticas, “quicá” intitular-se “ expressões rítmicas e plásticas”

Questões	Entrevistado 3
Quais as suas habilitações académicas?	Pós-graduação em Administração e Gestão Educacional
Há quanto tempo leciona?	Há 12 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do Quadro de Agrupamento.
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Professora titular de turma, coordenadora de ano e coordenadora de Biblioteca.
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Foi há poucos anos e no Agrupamento não funcionou muito bem, uma vez que as AEC`S eram integradas no meio do período de aulas. Deste modo, os professores titulares de turma passaram a ter furos no horário, momentos em que estavam na escola e não tinham aulas. Atualmente as AEC`s funcionam no período após o tempo letivo, pelo que funciona melhor.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	ETI é mais uma forma de preencher o tempo letivo. Como nem todos os pais têm oportunidade de ir buscar os seus filhos, estes são ocupados com as atividades. A ETI alcança os seus objetivos no que se refere a manter as crianças na escola mais tempo. A nível de conhecimentos, não sei se atinge os objetivos.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Para além de manter as crianças na escola, é um espaço para a aprendizagem.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	Dificuldade em conseguir conciliar os nossos horários, das aulas de apoio ao estudo com os das atividades de enriquecimento curricular, pois é muito complicado dar apoio ao estudo após uma aula de Educação Física, sendo que as crianças estão mais desatentas e quebra o ritmo normal da turma. O apoio ao estudo não funciona, quando é dado no último tempo, porém se este é dado a seguir ao tempo letivo, funciona melhor, uma vez que é um prolongamento e não há uma quebra.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	A escola deve estar mais envolvida na gestão, sobretudo ao nível de horários, pois tem um maior conhecimento dos espaços, recursos e das turmas.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Precisamos de mais auxiliares, porque quando as crianças estão a ter atividades de enriquecimento curricular, é no momento em que as auxiliares têm para procederem à limpeza das salas. No que diz respeito aos professores das AEC`S, já tivemos professores muito bons e outros que não têm pedagogia e nem sabem como tratar as crianças. Deve haver uma especial atenção na escolha dos profissionais para este tipo de trabalho, pois há

	professores que vêm dar aulas que não correspondem às suas áreas. Quanto aos espaços físicos, nas escolas mais pequenas é complicado dar aulas de educação física, sobretudo, nos dias em que chove.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	É sempre benéfico a autarquia estar envolvida nas atividades de enriquecimento curricular, mas devem estar em constante articulação com o Agrupamento, uma vez que as autarquias não conhecem bem os espaços, funcionamento e as turmas.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Não tenho grande conhecimento das condições contratuais dos professores das AEC`S. Sei pelo que contam, que são mal remunerados, mas não tenho ideia se são por contratos ou recibos verdes.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Penso que sim, por ocupar e manter as crianças mais tempo na escola. Agora, os ideais previstos, penso que não, pois o objetivo principal seria que as crianças aprendessem, que levassem alguma coisa daquele tempo a mais que estão na escola, e não apenas ocupá-los.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Acho que sim, mas depende dos profissionais que estão envolvidos nesse processo.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Não há articulação, é um pouco desfasado do que vão fazer no 5.º ano, nota-se mais ao nível do Inglês. Quando chegam ao 5.º ano, já deram o programa e sentem-se desmotivados. Deverá haver uma melhor articulação entre os ciclos e as AEC`S.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Tudo o que sejam atividades físicas. Após o tempo letivo, as crianças deviam ter atividades físicas para relaxar, tais como natação, ioga e outras.
Sugestões	Penso que as atividades devem ser lúdicas, porque as crianças estão mais cansadas a partir das 15h30, requerem outro tipo de atividades que não sejam dentro do mesmo espaço e que sejam mais físicas.

Questões	Entrevistado 4
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura em Ensino Básico do 1.º Ciclo
Há quanto tempo leciona?	Há 8 anos

Qual a sua situação profissional?	Professora contratada
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Professora titular de turma
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Foi pouco tempo depois de iniciar a minha carreira. Todos têm dificuldade em aderir a novas propostas e não foi muito bem aceite pelos professores, pois passámos a trabalhar mais horas na escola, com menos tempo para trabalho individual(planificações e preparação de aulas.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	O que se pretende alcançar é manter os meninos na escola o mais tempo possível. Não tem qualquer objetivo para formar melhor os alunos, para que fiquem mais preparados, mas sim para que a escola sirva como depósito.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Nenhum, apenas para os pais, pois acredito que seja mais fácil vir buscá-los às 17h30. Não vejo benefícios a nível curricular, muito pelo contrário, os miúdos estão mais cansados, quando as aulas terminam e iniciam-se as AEC`S os alunos transformam-se, portam-se mal, são mal educados, tentam desafiar ao máximo o professor que está e isso a meu ver não traz nada de bom.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	No rendimento dos alunos no apoio ao estudo. Para mim, é muito desconfortável dar apoio ao estudo, principalmente, porque temos furos com as AEC`S e quando iniciamos e quando iniciamos o apoio ao estudo é um trabalho inglório, pois queremos fazer qualquer coisa produtiva com eles, mas já não estão ali. O apoio ao estudo não devia ser encarado como as AEC`S, para entreter meninos, mas sim dirigido apenas a meninos que precisam.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	O próprio Agrupamento deveria fazer a gestão de recursos humanos, até porque há profissionais das AEC`S que estão a dar aulas sem a componente pedagógica. Por exemplo, os professores de Inglês dominam a sua área, mas em contexto de sala de aula, têm dificuldade e por isso é que as coisas correm mal. Essa seleção está a ser mal feita pela Câmara ou pelas empresas promotoras das AEC`S. Se fosse alguém do Agrupamento a recrutar esse pessoal, talvez funcionasse melhor.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Os espaços são as salas de aulas, o que causa algum transtorno, uma vez que temos furos e ficamos sem espaço para trabalhar. Cheguei, inclusive, a corrigir trabalhos no corredor. O horário deveria ser melhor distribuído, de maneira a que o professor titular não precisasse mais da sala, e só depois entrariam os professores das AEC`S. Em relação aos materiais, mesmo assim vão trazendo uns livrinhos para os alunos.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Desvantagem, o recrutamento dos professores e a gestão de horários.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades	Os professores estão a recibos verdes e são mal remunerados.

curriculares?	
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Ainda não, há-de atingir. Se continuar como está, não atinge os objetivos todos. Apenas o de manter os meninos na escola mais tempo. Ao nível das aprendizagens, não. A maneira como as pessoas são recrutadas, o que fazem na escola, na articulação com os professores titulares, a gestão do espaço e do horário, não permite que se cumpram todos os objetivos.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Não noto que sejam as atividades que enriqueçam o programa. Cada professor das AEC`S vem com a sua experiência, fazem o que bem lhes apetece. Não têm noção do programa do 1.º ciclo, cada um faz a sua gestão, não há um programa com diretrizes a ser seguido em cada atividade. O que lecionam, nem sempre está de acordo com o programa do 1.º ciclo. Os professores não têm culpa, caem de para-quedas e não têm formação.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Não há articulação com a maioria dos professores, logo não existe articulação com o programa.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	O Inglês é fundamental, se for bem lecionado e com um programa específico, em que no final de cada ano letivo tem de estra cumprido. Devia haver informática (TIC), pois o professor de turma não pode ter tudo nas costas, se há AEC`S dever-se-ia aproveitar ao máximo, existindo um professor das TIC que trabalhasse com o Magalhães, utilizando as ferramentas básicas. E Educação Física. Para mim, são as três principais.
Sugestões	Dar apoio ao estudo apenas a alunos que têm realmente dificuldades e não à turma toda. A gestão de horários, a seleção mais rigorosa dos recursos humanos, a definição de competências, a atingir em cada atividade e orientações curriculares para os professores das AEC`S, ou seja, tornar uma coisa mais séria do que tem sido até agora.

Questões	Entrevistado 5
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura em professores do 2.º Ciclo variante de EVT
Há quanto tempo leciona?	Há 9 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do Quadro de Agrupamento

Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Sempre professora titular de turma
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Não primeiro ano, não ficávamos com os alunos, apenas tínhamos que ficar a fazer as planificações e preparação de aulas até às 17h 30m. Só depois é que passou a ser com alunos. Comecei a dar apoio ao estudo e a supervisionar as outras atividades. Contudo, foi complicado gerir horários e intervalos entre as atividades.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	O ministério quer garantir/ facilitar os pais. Como os pais passam muito tempo no seu trabalho e os alunos que saíam às 15h30m, eram libertos mais cedo e os pais tinham esse problema. Não me parece que seja muito enriquecedor para os alunos, mas o Ministério deu essa novidade aos pais. Contudo, muitos pais, hoje em dia, não inscrevem os alunos nessas atividades, porque avaliando, as AEC`S não funciona como se pretendia. O que acontece é que na prática, os alunos já estão saturados, é o mesmo com o espaço, às vezes, não há materiais, então os professores vão para a sala de aula entreter os meninos. O Ministério quer dar outras competências aos alunos. Acho que é interessante nesse ponto de vista, meninos que não podem ser inscritos noutras atividades fora da escola, que não possam pagar, mas na prática a escola pública ainda não tem resposta.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Naturalmente, correndo melhor ou pior, os alunos aprendem mais qualquer coisa.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	Como professora titular acresce mais 90 minutos e em horários, que muitas vezes, têm furos como é que se dá apoio ao estudo com a turma inteira lá dentro e após aulas de educação física, em que chegam todos suados e excitados com os resultados dos jogos. Só vem dificultar em termos de trabalho, planificação.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	O coordenador de escola, pois é aquele que sabe melhor as necessidades que a escola tem.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Não me parece, as assistentes operacionais são insuficientes. Quanto aos professores das AEC`S, por exemplo, a professora de Inglês estava a lecionar conteúdos que não se adequavam ao nível de ensino. Em termos materiais, acho que também não têm, pois os professores trabalham com o mínimo e, muitas vezes, o professor tem de comprar materiais com o dinheiro do seu bolso. Se falta alguém, chegam a ficar duas turmas juntas com um professor.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Há algumas desvantagens, pois não estão dentro da realidade, tomam algumas decisões e têm critérios de seleção dos recursos humanos que não se enquadram bem no terreno.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Julgo que não são bem remunerados e que estão a recibos verdes. O fato, é que eles vêm para aqui como segundo recurso e têm sempre uma segunda ocupação, mas como a vida está difícil, tentam dar estas aulitas. Se isto fosse levado a sério, tinham dado outras condições. Assim, os professores não se dão tanto e os alunos não os respeitam como ao professor da turma.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Não digo que não seja uma ideia interessante, mas tendo em conta que não é bem implementada, não atinge todos os seus objetivos. Se é para enriquecer os alunos, o enriquecimento é fraco, se é para tomar conta deles, é atingido

	e os pais podem ficar tranquilos. É muito difícil gerir estas atividades. Medindo os prós e contras, digo que não é uma medida que está a funcionar.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Enriquece e promove pouco. Eu como mãe, questionaria se inscreveria a minha filha ou não, pois há coisas que não estão a funcionar bem. Em termos teóricos enriquece, em termos práticos, pouco.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Julgo que não há uma grande articulação. Acho que tem a ver com o professor que leciona, pois alguns nota-se que procuram articular as aulas com o programa e há outros que questiono se o fazem. Os professores dão aulas de uma forma muito mais séria, exploram conteúdos que não estão previstos no programa.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Tudo o que são atividades de expressão. Também acho que Educação, expressão musical e Inglês são uma mais-valia.
Sugestões	Dar mais condições aos professores das AEC`S, evitar o trabalho precário, realizar contratos e facultar mais materiais, por forma a que os alunos encarem as atividades de forma mais séria.

Questões	Entrevistado 6
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura em 1.º ciclo
Há quanto tempo leciona?	Há 22 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do Quadro de Agrupamento
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Conselho executivo, concelho científico pedagógico, coordenadora de ano.
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Quando começou, eu ainda não estava no ativo, só tive contacto há dois anos para cá. Comparando com o que era antes da medida com o atual, sinto que há uma grande diferença em relação aos alunos. De acordo com a minha experiência pessoal, a medida foi imposta, pois tivemos que aceitar as salas de estudo. Acho que existe uma discrepância porque quer se implementar como se fosse outro nível de ensino e não ligam nenhuma às diretrizes

	do ministério da educação.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	A imagem que tenho da escola a tempo inteiro não é muito boa, quer das coisas que vivenciei e estou a vivenciar no terreno, quer das coisas com que lidei como presidente. Penso que o objetivo é para dar hipóteses às famílias de ter um espaço para manter os meninos até às 17h30m. Vem contrapor aquilo que devia ser o objetivo inicial que seria dotar as crianças de outras competências.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Se o modelo fosse outro, acho que teria outros benefícios.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	Neste momento e perante a realidade da minha turma, entro na sala de aula e é tudo menos uma sala de aula, as crianças estão saturadas e cansadas. O professor das AEC`S àquela hora não consegue arranjar estratégias, é um caos. Funcionaria se as atividades fossem integradas no horário do professor com o mesmo na sala de aula, pois os alunos não reconhecem outra autoridade.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Atribuir a responsabilidade a pessoas que desconhecem a dinâmica da escola, não me parece viável. A Câmara em parceria, não sei se será a melhor solução. Penso que o diretor da escola deveria tomar pulso ou professores com horário zero, porque têm a componente pedagógica e sabem dinamizar as aulas.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Penso que deveria haver outros espaços, até porque quando chove não podem ter educação física porque não há um espaço próprio e adequado. As escolas deveriam estar mais equipadas e ter ginásios e salas de aulas diversificadas em que os alunos pudessem circular consoante a atividade. Em relação aos recursos humanos, seria importante ter professores que saibam dinamizar a atividade e que tenham perfil para isso.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Vantagens só porque libertam a escola dessa responsabilidade. Desvantagens existem no tipo de pessoal que recrutam. A direção terá de estar sempre reunida com a autarquia, pelo que penso que a autarquia não deveria ter a maior responsabilidade neste processo de gestão.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	São feitos pela câmara. Sei pelos colegas que embora o ministério tenha ditado uma margem, alguns ganham muito menos que isso.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Penso que não atinge, porque quem está à frente não conhece o terreno e os professores não sabem como lidar com os alunos, falta a componente pedagógica, e acho que devia estar entregue a gestão dos Agrupamentos. Os alunos estão saturados da escola, têm aulas das AEC`S no mesmo espaço até às 17h30m. Os pais conotam como entreter os meninos, não levam com séria responsabilidade, pelo que há muitos casos de problemas comportamentais. Quando os Encarregados de Educação são informados, estes acham que a escola é que tem de os resolver. Acho que não funciona, o modelo tem de ser revisto.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Na continuidade do ensino já terão alguma bagagem no que diz respeito ao Inglês e à música, pois são disciplinas que terão no 2.º Ciclo, assim já não vão completamente sem essas bases.

Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Não, porque haverão alguns que frequentam as AEC'S e tiram algum proveito daí, mas haverão outros que não.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Atividades mais direcionadas para o lazer, tais como as expressões, a natação, atividades desportivas várias, a dança, clubes e outras em que as crianças voluntariamente poderiam inscrever-se.
Sugestões	Integrar o Inglês no horário de tempo formal; atividades mais lúdicas e a gestão feita pelo Agrupamento.

Questões	Entrevistado 7
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura em 1.º ciclo
Há quanto tempo leciona?	Há 16 anos
Qual a sua situação profissional?	Quadro de Agrupamento
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Apoio , coordenação de ano, coordenação de escola e titular de turma.
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Foi muito difícil adaptarmo-nos às atividades que estavam inseridas no nosso horário. Não havia articulação com os colegas e faziam o trabalho à parte.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	Escola a Tempo Inteiro existe na realidade, mas acaba por ser virtual. ETI é para ocupar os meninos até às 17h30. Eu acho que os miúdos passam demasiado tempo na escola e têm muito pouco tempo para fazer outras atividades que não sejam as letivas. Acho que o objetivo é meramente ter os miúdos na escola para os ocupar, quando nada funciona.

Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Se o apoio ao estudo fosse mesmo direcionado para as crianças que realmente precisam, isso seria benéfico. O problema é que no apoio ao estudo temos a turma toda, não se consegue apoiar os alunos que necessitam, acaba por ser um prolongamento de uma aula. Em relação às outras atividades, é bom, mas eu acho que podiam fazer isso tudo fora do edifício da escola.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	Acho que ainda continua a haver muita falta de articulação, que os professores titulares continuam a ver os professores das AEC`S como professores à parte, que não conseguem ter mão nas turmas.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Deve existir um coordenador das AEC`S, mesmo que seja agregado a outras funções. A nossa coordenadora de escola pode ser responsável, por exemplo. Mas não deve entregar a professores. A escola deveria ter um maior peso na gestão e na escolha dos professores das atividades.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Não, muitas vezes os alunos não têm espaço para fazer Educação Física, não há condições e equipamento para estas aulas serem implementadas. Se calhar haverá escolas em que há, mas nas escolas por onde passei, aliás não estive em nenhuma que tivesse condições. Por exemplo, a Educação Musical não há instrumentos. Os professores mesmo que queiram trabalhar não têm como. Em relação aos recursos humanos já trabalhei com professores com qualificação e outros que não, inclusivamente, com professores de música que não tinham terminado o conservatório. Se bem que eu acho que agora já estão mais rigorosos na seleção.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Seria vantajoso a escola ter uma palavra a dar sobre a escolha dos professores, afinal a escola é que acaba por saber qual é o perfil de professor que quer. As Câmaras, provavelmente, não têm noção ou em conta o ambiente de cada escola. Só havia vantagens se fosse feito pela escola. Sendo a Câmara têm a desvantagem de não estarem cientes de como o professor pode ser o mais indicado para uma escola ou para outra.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Não tenho conhecimento, segundo os colegas, são muito mal pagos e não lhes dão condições de trabalho e é normal que muitas vezes não consigam corresponder às expetativas.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Não, porque não há articulação, alguns professores não estão preparados e os alunos não os veem como professores, pelo que acabam por não fazer o trabalho que deveriam fazer. As coisas também não funcionam dentro do espaço escolar porque não há materiais e espaços próprios.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Enriquece sempre o programa no momento em que aprendem Inglês e Música, até porque nós não temos tempo para trabalhar essas áreas. Portanto, por pouco que eles trabalhem, aprendem mais qualquer coisa e nesse aspeto é uma mais valia. Não ache que melhore as atividades deles no dia a dia, acho sim que aprendem mais coisas, mas não melhora o sucesso escolar na sala de aula e o apoio ao estudo, não melhora mesmo.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Acho que não há articulação nenhuma, acho que fazem as planificações deles e propõem o que querem dar. Nós tentamos articular quando são eventos e festas. Em relação ao programa, Educação Física, sim, mas ao nível do Inglês não tenho a mesma ideia se está de acordo com o programa.

Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Apoio ao Estudo se fosse só com meninos com dificuldades. Acho que o Inglês é mesmo importante, embora me pareça que repetem tudo no 5.º ano, não me parece que exista continuidade. Expressão Dramática, na vertente do relaxamento.
Sugestões	- Apoio ao estudo só para meninos com dificuldade; - As outras áreas, acho que deveriam ser trabalhadas fora do edifício escolar; - Atividades mais diversificadas em parceria com outras entidades (por exemplo, natação, judo, Karaté...)

Questões	Entrevistado 8
Quais as suas habilitações académicas?	Curso de Educadora e do 1.º Ciclo
Há quanto tempo leciona?	Há 24 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora do quadro de Agrupamento
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Educadora, coordenadora de ano, coordenadora de escola e professora titular de turma
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Apanhei a parte em que o professor do 2.º Ciclo vinha dar aulas ao nosso tempo letivo (coadjuvações). A parte em que passou a ser obrigatório, acho que nunca funcionou muito bem. Na primeira fase, como eram professores da escola, eram mais responsáveis, haviam menos faltas e uma maior comunicação com o professor titular de turma. O único aspeto menos positivo era que como haviam aulas de Inglês incluídas no horário do tempo formal, depois teria de dar aulas à tarde.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	Se realmente for bem implementado é bom, até porque com o horário dos pais e sendo raro terem uma avó em casa ou tempo disponível, teriam de deixar as crianças no ATL. Até concordo, porque neste momento os pais não têm disponibilidade económica, nem tempo. Para eles, até estão bem integrados na escola, têm espaços, embora sejam sempre na mesma sala, o que já não é muito positivo.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Com estas atividades, acho que seria benéfico se tivessem espaços diferentes e adquirem autonomia, porque têm vários professores a quem têm de respeitar. Contudo, neste momento, acho que não tem benefício nenhum.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a	A rotatividade dos professores, não permite uma sequência de conteúdos e há pouca variedade de atividades e os

implementação da medida?	espaços físicos são limitativos, pelo que influencia a gestão do trabalho do professor titular de turma. A rotatividade dos professores é muito grande, os miúdos não adquirem um ritmo de trabalho, pois cada professor tem a sua forma de dar aulas. Depois, das 9h às 17h, dentro da mesma sala é muito cansativo, não é benéfico para o professor, nem para o aluno.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Ao diretor do Agrupamento, pois pode completar o horário dos professores, usando os próprios recursos.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Vindas da Câmara, não. Se viessem do Agrupamento teria essas condições logísticas e materiais adequadas. O material é pouco, depois estraga-se, dispersa-se, é um material usado por vários e não é material que esteja dentro da sala.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Só vejo desvantagens. Estamos a pagar a uns professores que até podem ser competentes, mas que não têm a parte pedagógica. Se eu pudesse não punha o meu filho nas AEC`S. A nível de supervisão/coordenação é muito mais fácil ter a diretora por perto para o fazer, do que as Câmaras.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Não tenho grande opinião, segundo os colegas, sei que ganham mal.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Como está, não, porque há rotatividade, há poucas atividades, as turmas são muito grandes, às vezes, a Câmara não consegue arranjar professores especializados naquela área (ainda o ano passado tive um professor a dar expressão plástica que era de educação física). Em conclusão, tudo isto não permite que se atinjam os objetivos propostos.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Se for bem dada, acho que sim. Como está acho que não.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Depende do professor. Acho que tenho tido sorte nesse aspeto. A Música é a única atividade em que acho que tenha mais falhas. Relativamente ao meu dia a dia, a professora que rodava mais era a de música e cada uma tinha a sua estratégia. Quando vinha uma professora de música ligada ao 1.º Ciclo era mais fácil, quando vinha uma ligada à escola de música era mais difícil, pois com uma turma de vinte seis alunos, não podem adotar a mesma estratégia com quatro ou seis. Enquanto que uma turma de vinte seis, motiva-se com uma canção e ritmos, é mais difícil com pautas e notas musicais.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Se forem bem dadas, todas: informática, expressões, sobretudo, expressão dramática.

Sugestões	<p>Deviam haver mais atividades diversificadas, podia ser informática e outras que os pais pudessem escolher, as turmas seriam mais pequenas e em cada dia tinham uma atividade diferente (por exemplo, na segunda tinham educação física, terça expressão dramática...” com um período mais prolongado, pois 45 minutos é muito pouco para turmas desta faixa etária.</p> <p>Disponibilizar mais espaços (uma sala de informática, uma de música, de expressão plástica...). O ideal seria que a própria escola recorresse aos professores que tem, preenchesse o horário dos professores do 2.º ciclo, mas de forma a que as atividades continuassem no período da tarde.</p>
-----------	---

Questões	Entrevistado 9
Quais as suas habilitações académicas?	Licenciatura em economia
Há quanto tempo leciona?	Há 3 anos
Qual a sua situação profissional?	Professora das AEC`S
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Sempre professora das AEC`S
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Desde que comecei a dar aulas das AEC`S, para mim tem estado tudo na mesma, não noto diferença.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	Penso que esta medida foi feita/ pensada para tentar acompanhar as crianças o máximo tempo possível até que os pais pudessem vir buscar, visto que a maior parte dos pais trabalham a tempo inteiro. Assim elas ficam na escola com este tipo de atividades, com apoio ao estudo, acabam por ajudar a criança, pois está num espaço que ela conhece e fica mais segura.
Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Em relação concretamente às atividades de enriquecimento curricular é uma forma de as crianças mais cedo despertarem para estes temas que serão abordados mais tarde e que começam de uma forma mais a brincar a ter conhecimentos destes programas.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	O que eu sinto mais dificuldade é tentar captar a atenção das crianças depois de um período que exige a máxima concentração que têm durante o dia inteiro. Por mais que uma pessoa tente fazer jogos, acho que as crianças com estas idades é um bocadinho difícil em relação ao excesso de carga horária.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a	Acho que à direção da escola ou qualquer outra entidade, desde que resulte e que as crianças estejam bem. Para

responsabilidade da gestão das AEC`S?	mim é indiferente se é a Câmara, a associação de pais ou a direção escolar, desde que resulte. Eu acho que a escola deveria em primeiro lugar ser responsável, mesmo que não totalmente, pela questão dos horários ou de colocação de professores.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Nesta escola considero, noutras em que já trabalhei, não. Estão muito longe de ter o material e, muitas vezes, os recursos humanos.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Depende muito de quem está à frente do projeto, de como o encaram e de o levam a sério. Nesta escola tenho todos os recursos e a autarquia está preocupada com as boas condições que o professor necessita para poder dar aulas. Mas noutras escolas em que já estive, não funcionou assim tão bem, não sei se reflete uma menor preocupação por parte da autarquia ou só da pessoa que é responsável pelo projeto. Para mim, a vantagem e desvantagem depende sempre de quem gere e dinamiza o projeto.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Neste momento as nossas condições são um pouco precárias, porque nós assinamos um contrato que a qualquer momento pode ser dissolvido, bastam 15 dias de antecedência da parte da entidade empregadora sem qualquer justificação e a qualquer momento a pessoa pode ser dispensada. De qualquer maneira este contrato acaba sempre no final do ano letivo, não nos dá a certeza do que vais acontecer no ano seguinte. Se calhar para os professores puderem dar aulas tão entusiasmantes e tão engraçadas quanto se pretende, para cativar a atenção dos alunos e não estar a obrigar os alunos a debitar matéria, precisaríamos de ser um bocadinho mais bem remunerados ou em alternativa ter materiais à disposição, em que não precisássemos de investir muito em coisas simples como ter acesso a cartolinas, plasticina e coisas assim. Se o professor na escola tiver acesso a esses materiais, naturalmente consegue mais facilmente, do que se tiver todos os anos de comprar material de desgaste rápido
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Em alguns casos, sim. Noutros não conseguem atingir. É muito difícil, uma vez que a Escola a Tempo Inteiro nem sequer é obrigatória, acaba por não ser igual para todos. Em relação a manter os meninos mais tempo na escola e melhorar as aprendizagens, acho que sim. No entanto, faço a ressalva que por ainda serem muito crianças, muito bebés, isto é, se calhar deveria haver uma segunda alternativa a estas atividades para os alunos mais problemáticos que perturbam a aula.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Eu acho que sim, mas mais uma vez chamo a atenção sobre a carga horária das crianças, e se forem aulas mais lúdicas. No caso do Inglês que vão ter no 5.º ano, não será tão sobrecarregado, depois depende da articulação.

Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Sou sincera, não conheço o programa do 5.º e 6.º ano, mas pelo que tenho ouvido, no 5.º ano já se considera garantido que as crianças levam determinados conhecimentos e como também se sabe, estão atividades não são obrigatórias, há crianças que têm e outras que não. Deveria realmente haver uma melhor articulação nas reuniões com os professores. Tão depressa chegamos a uma turma de 5.º ano com uma criança que nunca teve contacto com o Inglês na vida, como uma mesma turma temos uma criança que tem acesso ao Inglês. Como é que uma professora com estes dois alunos consegue dar uma aula, de forma a mantê-los motivados, estimular o que já sabe tudo e o que nada sabe e se sente inferiorizado pelos outros?
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Acho Educação Física. A Música e o Inglês. Se calhar se comesçassem o Inglês só a partir dos 3.º e 4.º anos não fazia mal, pois hoje em dia os miúdos apanham tudo muito facilmente.
Sugestões	Talvez atividades como havia no tempo dos nossos pais, aprender a cuidar de uma casa, as barracas de gestão de dinheiro, atividades praticas relacionadas com o nosso dia a dia.

Questões	Entrevistado 10
Quais as suas habilitações académicas?	12.º ano
Há quanto tempo leciona?	Há um ano
Qual a sua situação profissional?	Sou professora aqui (EBI DE Miraflores) e dou aulas particulares de piano.
Que funções tem exercido no decorrer da sua atividade docente?	Professora das AEC'S
De acordo com a sua experiência, quando foi e como se processou a implementação da medida política pública ETI?	Nem todos frequentam, acaba por dar jeito aos pais, porque não têm o que fazer às crianças durante aquele tempo e é gratuito, não estão a pagar um ATL e os miúdos sempre aprendem qualquer coisa. A minha experiência é positiva.
Como é que define Escola a Tempo Inteiro e quais os objetivos que pretende alcançar?	De certa forma acaba por sobrecarregar os alunos, mas acaba por ser bom, porque eles aprendem mais coisas diferentes e pode despertar o interesse para outras áreas.

Para além das finalidades da ETI, que outros benefícios lhe vê associados?	Mais que não seja, se estiverem sozinhos na rua a fazer uma asneira qualquer, ficam numa sala a aprender alguma coisa, ficam num sítio mais seguro.
Que dificuldades sentiu e/ou sente aquando a implementação da medida?	As AEC`S ainda são muito vistas/encaradas pelos alunos e pais como um ATL/ Atividades de Tempos Livres e, às vezes, é complicado levarem-nos a sério como professor de uma disciplina. Os alunos têm noção que eu posso fazer uma avaliação, mas que nunca vai contar para a avaliação formal deles, pelo que nem sempre respeitam-nos.
Na sua opinião, a quem deve ser atribuída a responsabilidade da gestão das AEC`S?	Acho que se fosse a escola era melhor em termos dos programas que temos de dar, estaria mais de acordo com a vontade da escola. Pessoalmente trabalho para uma empresa em que nós recebemos os programas no início do ano, assim uma coisa por email, muito impessoal, nós fazemos as planificações a partir daí e eles dizem que sim ou não, e fica por aí. Se fosse a escola, teriam mais contacto com o professor.
Considera que existem condições logísticas, materiais e humanas adequadas à execução da medida ETI?	Pelo menos aqui, tenho muitas condições, mas na escola do ano passado não tinha condições nenhuma, era muito diferente, uma realidade de escola para escola.
Que vantagens ou desvantagens vê nas entidades (locais) promotoras das atividades de enriquecimento curricular?	Acho que pode ser vantajoso, mas ainda não tenho uma opinião formada.
Qual a sua opinião sobre as condições contratuais dos professores das atividades curriculares?	Eu comecei a trabalhar o ano passado e assinei o contrato só este ano. Pagam a tempo e horas, mas em termos de contrato, não há tanta segurança.
Considera que a medida Escola a Tempo Inteiro atinge os objetivos propostos? Porquê?	Depende de escola para escola. Nesta escola, acredito que atinge os objetivos, mas há outras escolas que não. O ano passado, se quisesse passar o ano todo a deixar as crianças saltar das mesas e não dar nada, ninguém se ia importar com isso. Há escolas muito diferentes, umas que funcionam e outras que são uma brincadeira.
Na sua opinião, a medida ETI enriquece o programa curricular e promove o sucesso dos alunos?	Acho que sim, sem dúvida. O apoio ao estudo, logicamente vai melhorar o sucesso dos alunos e as outras atividades ajuda a disciplinar nas coisas que fazem diariamente.
Considera que existe articulação entre as atividades de Enriquecimento Curriculares e o programa Curricular Nacional do Ensino Básico?	Sim, acho.
Quais as atividades de enriquecimento curricular e/ou outras que considera mais relevantes?	Acho que as que existem são todas relevantes, mas a mais relevante de todas, é capaz de ser a de Educação Física, importa muito porque a Música e o Inglês surge depois no 5.º ano, mais ou menos ao nível que estão a dar aqui.

QUESTIONÁRIO – ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Estimado(a) Encarregado de Educação,

O presente questionário faz parte de um estudo de caso sobre “ Uma medida de política pública: **Escola a Tempo Inteiro** [ETI]”. Pretende-se conhecer as perceções dos professores e Encarregados de Educação face à eficácia e eficiência da medida, identificar constrangimentos subjacentes ao funcionamento estrutural e curricular, verificar as áreas curriculares mais valorizadas e aferir o grau de satisfação dos Encarregados de Educação dos alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas de Miraflores relativamente à oferta educativa do programa Escola a Tempo Inteiro.

Este estudo de caso contextua-se na dissertação do Mestrado de Administração Pública, da Universidade Técnica de Lisboa.

Os questionários são **anónimos e confidenciais**. Agradece-se que as suas respostas sejam dadas com a **máxima sinceridade**.

Agradecemos a sua colaboração.

1- DADOS PESSOAIS DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

(Assinale com um X a sua resposta)

1.1. Sexo 1- Masculino 2- Feminino

1.2. Idade 1- 20-29 anos 3- 40-49 anos
 2- 30-39 anos 4- > 50 anos

1.3. Habilitações Académicas

- 1- Licenciatura ou Formação Superior
- 2- Bacharelato/Curso Médio
- 3- Secundário/7º Liceu
- 4- 3º Ciclo/5º Liceu
- 5- 2º Ciclo/2º Ano Preparatório
- 6- 1º Ciclo/4ª Classe
- 7- Sem nenhum nível de ensino
- 8- Outra. Qual? _____

1.4. Situação Profissional

- 1- Empregado(a)
- 2- Desempregado(a)
- 3- Aposentado(a) e Reformado(a)

1.5. Nº do Agregado Familiar

- 1- > 3 elementos
2- < ou = 3 elemento

1.6. Nº de Filhos que frequentam o Agrupamento de Escolas de Miraflores

- 1- 1 Filho
2- 2 Filhos
3- 3 Filhos
4-> 3 Filhos

2- DADOS ESCOLARES DO EDUCANDO

(Se tiver mais de um filho no Agrupamento, pronuncie-se apenas em relação a um deles à sua escolha)

2.1. Qual o ano de escolaridade que o seu filho (aluno) frequenta o Agrupamento de Escolas de Miraflores?

- 1- 1º Ano
2- 2º Ano
3- 3º Ano
4- 4º Ano

2.2. O aluno beneficia de apoio da acção social escolar?

- 1- Escalão A
2- Escalão B
3- Não beneficia

2.3. Das escolas de 1.º Ciclo que pertencem ao Agrupamento, o seu educando frequenta qual delas?

- 1- EBI de Miraflores
2- EB1 Almeida Garrett
3- EB1 Sofia de Carvalho

2.4. Durante quanto tempo o aluno frequentou ou frequenta as Actividades de Enriquecimento Curricular na escola?

- 1- Nunca frequentou
- 1- Frequentou/a apenas um ano
- 2- Frequentou/a mais de um ano

2.5. Quais as actividades que o aluno frequenta ou frequentou?

- 2.5.1- Formação Cívica
- 2.5.2- Apoio ao Estudo
- 2.5.3- Informática (TIC)
- 2.5.4- Inglês
- 2.5.5- Biblioteca
- 2.5.6- Expressão Plástica
- 2.5.7- Expressão Musical
- 2.5.8- Educação Físico-Motora
- 2.5.9- Não frequentou/ não se aplica

2.6. O aluno mostra interesse em frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular?

Sempre	Quase sempre	Por vezes	Nunca

3 -DADOS SOBRE A MEDIDA ESCOLA A TEMPO INTEIRO

3.1. Quantas horas fica, em média, o seu filho por dia na escola?

- 1- 5 Horas
- 2- 6 Horas
- 3- 7 Horas
- 4- 8 Horas

3.2. Na sua opinião, o facto de os alunos passarem mais tempo na escola pode torna-se cansativo e pouco lucrativo?

- 1- Sim
- 2- Não

3.3. Acha que a escola possui infra-estruturas, equipamentos e materiais pedagógicos adequados para a prática das Actividades de Enriquecimento Curricular?

1- Sim

2- Não

3.4. Considera que o Inglês deveria estar integrado no programa curricular do 1º Ciclo, passando a ser de carácter obrigatório?

1- Sim

2- Não

3.5. Quais são as Actividades de Enriquecimento Curricular que considera mais importantes? Assim para responder deverá assinalar com um X a sua escolha: MI- Muito importante; I- Importante; PI- Pouco importante.

	MI	I	PI
3.5.1- Formação Cívica			
3.5.2- Apoio ao Estudo			
3.5.3- Informática (TIC)			
3.5.4- Inglês			
3.5.5- Biblioteca			
3.5.6- Expressão Plástica			
3.5.7- Expressão Musical			
3.5.8- Educação Físico-Motora			

3.6. A questão seguinte destina-se a indagar a sua opinião sobre a temática abordada. Assim, para responder deverá assinalar com um X a sua escolha: DT- Discordo totalmente; DP- Discordo parcialmente; SO- Sem opinião; CP- Concordo parcialmente; CT- Concordo totalmente.

	DT	DP	SO	CP	CT
3.6.1- A medida ETI propicia aos alunos actividades que só mais tarde, no 2.º Ciclo, iriam poder beneficiar					
3.6.2- As Actividades de Enriquecimento Curricular são um contributo para a melhoria dos resultados dos alunos					
3.6.3- As Actividades de Enriquecimento Curricular são um complemento às actividades curriculares					
3.6.4- As actividades de Enriquecimento Curricular promovem novas experiências					
3.6.5- As actividades de Enriquecimento Curricular permitem que os alunos realizem os TPC, dispondo em casa de mais tempo livre					
3.6.6- A medida ETI contribui para o sucesso escolar do aluno					
3.6.7- A medida ETI permite aos pais estarem mais descansados no seu período laboral					

3.7. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com a oferta educativa Escola a Tempo Inteiro?

Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito

Obrigada pela sua colaboração!